UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE
Centro Acadêmico do Agreste - CAA
Curso de Ciências Econômicas

UMA ANÁLISE PARA O BRASIL SOB A ABORDAGEM DA POBREZA MULTIDIMENSIONAL NOS ANOS 2009 e 2013

NAEDJA KARLA PETRUCIO DOS SANTOS

CARUARU-PE
2015

UNIVERSIDADE FEDERALDE PERNAMBUCO - UFPE
Centro Acadêmico do Agreste - CAA
Curso de Ciências Econômicas

UMA ANÁLISE PARA O BRASIL SOB A ABORDAGEM DA POBREZA MULTIDIMENSIONAL NOS ANOS 2009 e 2013

Monografia apresentada por Naedja Karla Petrucio dos Santos, como requisito parcial para a conclusão do Curso Economia, sob a orientação da Profª.Drª.Lucilena Castanheira.

CARUARU-PE
2015

Catalogação na fonte:
Bibliotecária - Simone Xavier CRB/4-1242

S237a Santos, Naedja Karla Petrucio dos.
Uma análise para o Brasil sob a abordagem da pobreza multidimensional nos anos 2009 e 2013. / Naedja Karla Petrucio dos Santos. - Caruaru: O Autor, 2015.
69f. il. ; 30 cm.

Orientadora: Lucilena Ferraz Castanheira Corrêa.
Monografia (Trabalho de conclusão de curso) – Universidade Federal de Pernambuco, CAA, Economia, 2015.
Inclui referências bibliográficas

1. Pobreza - Brasil. 2. Segurança alimentar. 3. Moradia – aspectos sociais. 4. Mercado de trabalho. 5. Educação. I. Corrêa, Lucilena Castanheira Corrêa. (Orientadora). II. Título

330 CDD (23. ed.) UFPE (CAA 2015-153)

Universidade Federal de Pernambuco

Centro Acadêmico do Agreste

Departamento de Economia

PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA DE DEFESA DE MONOGRAFIA DA GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS DE:

NAEDJA KARLA PETRUCIO DOS SANTOS

A comissão examinadora composta pelos professores abaixo, sob a presidência do primeiro, considera a candidata Naedja Karla Petrucio dos Santos **APROVADA.**

Caruaru-Pe, 20 de agosto de 2015

_____

Profª Drª. Lucilena F. Castanheira Corrêa

Orientadora

_____

Prof. MSc. Márcio Miceli Maciel de Sousa

UFPE/CAA

_____

Prof. MSc. José Valdecy Guimarães Júnior

UFPE/CAA

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por ser essencial em minha vida, autor de meu destino, meu guia, socorro presente na hora da angústia, ao meu pai Amariulo Petrucio da Silva e a minha mãe Nerize Silva dos Santos.

AGRADECIMENTOS

Agradecer primeiramente a Deus, por me iluminar e abençoar minha trajetória.

Ao meu pai Amariulo, e minha mãe Nerize, pelo apoio e por tudo que sempre fizeram por mim, pela simplicidade, exemplo, amizade, amor e carinho, fundamentais na construção do meu caráter e aos meus irmãos Alex e Aletiano.

Aos meus familiares por tanto amor e compreensão diante de minha ausência em momentos especiais que surgiram ao longo desse processo de graduação, em especial as minhas primas Izadora, Júlia e Joana.

Ao meu noivo, Paulo Henrique, pacientemente sempre me dando conselhos, força, coragem e incentivo, e também por me ajudar nas correções deste trabalho. Obrigada meu Amor.

À minha orientadora, a Profª. Drª. Lucilena Ferraz Castanheira Corrêa, por ter fortalecido em mim o interesse pelo estudo da pobreza, e por ter me dedicado parte valiosa do seu tempo, contribuindo sempre com sábios conselhos e comentários, e me encorajando nos momentos mais difíceis.

Aos queridos professores da academia: Prof. Carlos Alberto Gomes Amorim Filho, Prof. José Valdecy Guimarães Júnior, Prof. Márcio Miceli Maciel de Souza e a Profª. Sónia Maria Pereira Fonseca Oliveira Gomes, pela contribuição à minha formação acadêmica.

A todos os meus amigos da UFPE, em especial Letícia e Renata, pela grande amizade construída ao longo dessa graduação e também a Aline, Breno, Edna, Elvis, José Neto, Larine, Leonildo, Lucas, Melyssa, Valdeir e Wamberto que juntos ao longo dessa caminhada nos apoiamos uns nos outros para que esse processo fosse conquistado.

E por fim, a todos os meus professores, desde o jardim de infância que contribuíram para que hoje eu tivesse esta conquista, obrigada pela dedicação de vocês. Agradeço a todos!

RESUMO

O tema pobreza é muito discutido no campo científico tanto a nível nacional como internacional. Esse fenômeno passou por transformações em vários períodos da história humana (Idade média, moderna e contemporânea). Os estudos empíricos têm conceituado a pobreza como insuficiência de renda se utilizando da abordagem unidimensional, embora muitos estudos ressaltam que a visão apenas monetária não se mostra suficiente para compreender a complexidade do fenômeno, pois a pobreza é compreendida como as privações das necessidades básicasque vêm reafirmar o seu caráter complexo. Esse estudo propõe discutir sobre a abordagem da pobreza multidimensional, com o propósito de verificar se houve alguma mudança de 2009 para 2013, utilizando microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2009/2013, com objetivo de identificar os domicílios pobres segundo suas características: segurança alimentar, educação, mercado de trabalho e condições mínimas de moradia. Diante dessa perspectiva, constatou-se que mesmo com uma trajetória de queda na taxa de pobreza, o Brasil apresenta relevantes resultados desfavoráveis para a população pobre no que concerne aos fatores socioeconômicos que impactam nas sua vidas.

PALAVRAS-CHAVE: Pobreza. Situação de segurança alimentar. Situação educacional. Inclusão via mercado de trabalho. Condições de moradia.

ABSTRACT

The poverty issue is very debated in the scientific field both nationally and internationally and has demonstrated a historical trajectory analyzing the changes in each period (Middle Ages, modern and contemporary). Empirical studies have conceptualized poverty as an insufficient income using the one-dimensional approach, although many studies have shown that only monetary vision was not sufficient to understand the complexity of the phenomenon, because poverty is understood as the deprivation of basic needs that come to reaffirm its complex character.The overall objective of this study is to discuss the approach to multidimensional poverty, with the purpose of verifying whether there was any change from 2009 to 2013, making use of microdata from the National Sample Survey of Households (National Household Survey) 2009/2013, with the goal of identify poor households according to their characteristics: food security, education, labor market and minimum housing conditions. Given this perspective, it was found that even with a downward trend in the poverty rate,Brazil has significant unfavorable outcomes for the poor with regard to socioeconomic factors that impact in their lives.

KEYWORDS: Poverty. Food security situation. Educational status. Inclusion via the labor market. Housingconditions.

LISTA DE SIGLAS

CPF Cadastro de Pessoa Física
FIES Fundo de Financiamento Estudantil
IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH Índice de Desenvolvimento Humano
IETS Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade
INPC Índice Nacional de Preços ao Consumidor
IPEA Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
PBF Programa Bolsa Família
PME Pesquisa Mensal de Emprego
PNAD Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNSB Pesquisa Nacional de Saneamento Básico
PNUD Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PORNAF Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATEC Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROUNI Programa Universidade para Todos

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 4.1 - Brasil: Características do nível educacional dos chefes do domicílio pobre em 2009 e 2013 55
Gráfico 4.2– Brasil: chefes de domicílio pobre e grupamento de ocupação exercida entre 2009 e 2013 59
Gráfico 4.3– Brasil: Forma de Escoadouro do Banheiro ou Sanitário nos Domicílios de Pobres entre 2009 e 2013. 60
Gráfico 4.4– Brasil: Providência de Distribuição de Água Utilizada no Domicilio entre 2009 e 2013. 61

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1.1- Brasil: Porcentagem de Pobres 1976-2011 15
Tabela 2.1– Brasil[1]: Indicadores de Extrema Pobreza 2003-2013 22
Tabela 2.2 – Brasil: Linha de Extrema Pobreza – renda per capita domiciliar - 2003-2013. .. 23
Tabela 2.3 – Brasil: Indicadores de Pobreza- 2003-2013..... 26
Tabela 2.4 – Brasil: Linha de Pobreza – 2003 a 2013..... 28
Tabela 3.1 – Brasil: Situação de Segurança Alimentar por Domicílio (%) – 2004..... 36
Tabela 3.2 – Brasil: Situação de Segurança Alimentar por Cor ou Raça (%) – 2004..... 37
Tabela 3.3 – Brasil e regiões alfabetização(%) – 2006 40
Tabela 3.4 – Brasil –Pessoas que Frequentavam a Escola (%) – 2003 a 2006. 41
Tabela 3.5 – Brasil: Pessoas Ocupadas por Grupo de Idade (%) – 2003-2006..... 43
Tabela 3.6 – Brasil: Pessoas desocupadas por grupo de idade (%) – 2003-2006..... 43
Tabela 3.7 – Brasil: Categoria de Emprego por Grupo de Idade em Dezembro -2006(%)..... 44
Tabela 3.8 – Brasil e Regiões sem Rede Geral de Abastecimento de Água – 2008(%) 46
Tabela 3.9 – Brasil e Regiões sem Rede Coletora de Esgoto – 2008(%)..... 47
Tabela 4.1 – Brasil: Série histórica do IDH (1980 a 2010) 50
Tabela 4.2 – Brasil: Desigualdade de Renda sob a Ótica do Coeficiente de Gini (1990-2013) 52
Tabela 4.3 - Brasil: Características do chefe do domicílio pobres em 2009 e 2013 53
Tabela 4.4 – Brasil: Características do chefe do domicilio em relação à situação de segurança alimentar dos pobres e não pobres[1] em 2009..... 54
Tabela 4.5 – Brasil: chefes de domicílio pobre e as atividades exercidas entre 2009 e 2013 .. 56
Tabela 4.6 – Brasil: chefes de domicílio pobre e a posição de ocupação exercida entre 2009 e 2013 58
Tabela 4.7 - Brasil: Condições de Moradia do chefe do domicílio pobre entre 2009 e 2013 .. 60

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 13

1.1 Justificativa 14

1.2 Objetivos 16

1.2.1 Objetivo geral 16

1.2.2 Objetivos específicos 16

1.3 Estrutura do Trabalho 16

2. REVISÃO DA LITERATURA SOBRE POBREZA 18

2.1 Pobreza Absoluta 21

2.2 Pobreza Relativa 24

2.3 Pobreza Subjetiva 29

2.4 Pobreza Multidimensional 31

3. POBREZA SOB A ÓTICA DA ABORDAGEM MULTIDIMENSIONAL 35

3.1 Pobreza sob a ótica da escassez do alimento 35

3.2 Déficit educacional e seu impacto na pobreza 39

3.3 A pobreza e a inclusão via mercado de trabalho 42

3.4 Pobreza vista pela precariedade nas condições de moradia 45

4. AS CARACTERÍSTICAS DA POBREZA MULTIDIMENSIONAL NO BRASIL 50

4.1 Desenvolvimento Humano e Concentração de Renda no Brasil 50

4.2 Desigualdade de Renda sob a ótica do Índice de Gini para o Brasil 51

4.3 Análise dos dados da pobreza multidimensional 52

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFIAS 64

1. INTRODUÇÃO

Estudos que possuem como cerne o tema pobreza são muito discutido tanto a nível nacional quanto internacional. Por se tratar de um tema relevante, o mesmo é objeto de estudo com considerável frequência no meio acadêmico, além de existirem diferentes abordagens sobre a área de pesquisa. Fato este, que vem contribuir para o direcionamento de diversas políticas públicas que centram no enfretamento desse estado de privação tanto sociais como econômica de várias pessoas (OLIVEIRA, 2012).

Segundo Williams (2007) relata que na Idade Média a visão existente era que as pessoas acometidas pelo fenômeno da pobreza normalmente apresentavam as seguintes características: eram magras, chagadas, coxas e cheias de feridas. Nessa época, a justificativa de ser vulnerável a pobreza vinha de uma tradição fortemente influenciada pela ideologia cristã: a predestinação.

Com a passagem da Idade Média para a Idade Moderna em meados do século XIV, a concepção da predestinação é rompida (LEITE, 2002). O pobre nesse período, segundo Codes (2008),passa a ser visto como um estranho, que tem dificuldades de socializar-se com a comunidade a qual faz parte, sendo comparado com a pessoa que estava nessa situação porque não buscava melhorar, ou seja, o pobre era acomodado. Essa observação era centrada principalmente nas pessoas que vinham do campo para a cidade a procura de novas oportunidades.

A expulsão dos camponeses do ambiente rural gerou novas perspectivas de vida para esses, levando-os a tentar a vida na cidade, fato que provocou grandes consequências sobre a configuração das sociedades, trazendo transformações drásticas na esfera social, política e econômica (WILLIAMS, 2007).

Segundo Dupas (2008) a Revolução Industrial se caracterizou, a priori,pelo uso de máquinas movidas à força motriz na produção[1]. Embora antes disso, já existisse uma classe que, condicionada a situações precárias, vendia a sua força de trabalho para garantir a sobrevivência.

Com a fase da industrialização, de acordo com Arcoverde e Santos (2011), a produção capitalista[2] que é mantida pela exploração dos menos favorecidos, cujo modo de produção

[1]Força motriz significa força que gera movimento.
[2]A produção capitalista é caracterizada pela propriedade privada dos meios de produção – máquinas, matérias-primas e instalações. Onde, a produção e a distribuição das riquezas são regidas pelo mercado e as classes sociais se relacionam pela posse ou carência dos meios de produção e pela contratação livre do trabalho.

tem como objetivo principal a acumulação de renda e riqueza, não possibilita à classe trabalhadora a realização das necessidades mínimas.

> À medida que o modo de produção capitalista foi se desenvolvendo, sobretudo pela exploração da força de trabalho, e das revoluções tecnológicas, milhares de postos de trabalho foram sendo destruídos e a acumulação de capital foi se concentrando nas mãos de poucos, deixando grande quantitativo de pessoas sem acesso ou usufruto da riqueza socialmente produzida (BANDEIRA; LOPES;SILVA, 2011,p. 2).

No século XIX, ocorria uma explosão de miséria da classe trabalhadora urbana, pois o processo de industrialização da época se caracterizava por jornadas longas e duras de trabalho em condições desumanas e cruéis. As famílias eram forçadas a viver em precárias condições de moradia, devido principalmente aos salários extremamente baixos (MESTRUM, 2002*apud* CODES, 2008).

No Brasil, de acordo com Bandeira; Lopes e Silva (2011), a industrialização ocorreu sob a ordem em que o processo de expansão populacional nos grandes centros urbanos - localidades onde o desenvolvimento industrial mais se dinamizou -, ocorre justamente decorrente do êxodo rural vivenciado naquele momento.

Para Gouveia (1999), as relações interurbanas nos grandes centros urbanos começam a ser constituídas de maneira desorganizada, onde se verificam contingentes enormes da população que vivem em condições, às vezes, sub-humanas[3]e de desigualdade social.

É importante ressaltar que historicamente o Brasil tem apresentado um cenário de enorme desigualdade desde a sua colonização, principalmente no que concerne a distribuição de renda (Oliveira, 2012).

No fim do século XX a pobreza continua a se propagar na sociedade, e é a partir desse momento que se torna evidente que o tema ainda não era tratado com grande relevância, então o assunto passa a ganhar centralidade nas pautas dos governos nacionais e nos debates acadêmicos (CODES, 2008).

A justificativa em se estudar o fenômeno da pobreza, está na sua importância e relevância para direcionar ações e execuções de políticas públicas que objetivam a enfrentá-lo.

1.1 Justificativa

No Brasil, o processo de desigualdade social e econômica vivenciado por uma parcela significativa da sua sociedade pode ser observada desde sua colonização, que se dá de

[3]Sub-humanas significa condição de degradação, abaixo dos limites do que pode ser considerado humano.

maneira altamente discriminatória, onde os donos das terras são escravizados pelos colonizadores que aqui chegaram. Este fatoacabou gerando um cenário desafiador e que precisa ser enfrentado até os dias atuais (CORRÊA, 2013).

Quando se analisa a porcentagem de pessoas denominadas de pobres junto a sociedade brasileira de1976-2011, verificam-se que a média percentual no período analisado foi de aproximadamente 31,08% e em 1983 foi o ano que apresentou o maior percentual na ordem de 48,73%, conforme Tabela 1.1.

Tabela 1.1- Brasil: Porcentagem de Pobres 1976-2011

1976	**1977**	**1978**	**1979**	**1980**	**1981**	**1982**	**1983**	**1984**	**1985**	**1986**	**1987**
42,12	39,06	42,74	38,74	-	40,79	41,00	48,73	48,30	42,01	26,41	38,71
1988	**1989**	**1990**	**1991**	**1992**	**1993**	**1994**	**1995**	**1996**	**1997**	**1998**	**1999**
43,57	41,36	41,92	-	42,09	42,98	-	35,08	34,73	35,18	33,97	35,26
2000	**2001**	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**
-	35,0	34,38	35,75	33,71	30,83	26,75	25,36	22,60	21,41	-	18,42

Fonte:Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)
Elaboração própria
[1]Nota: Exceto os anos 1980,1991,2000 e 2010, anos que a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD)não foi a campo.

Os números apresentados na Tabela 1.1 se mostram altamente relevantes, evidenciando que a busca por ações tanto via políticas públicas, como de organizações sociais são de extrema importância para enfrentar e superar esse fenômeno – a pobreza.

No Brasil ainda existe uma tendência em se enfatizar o caráter econômico, de modo que se tem definido pobreza predominantemente como uma condição de insuficiência de renda – ótica unidimensional -(ATKINSON, 1989 *apud* MOCELIN, 2010).

A ótica unidimensional se torna frágil, segundo afirma Santos (2007), pois é possível verificar que o aumento da renda nem sempre é acompanhado de melhoria do bem-estar humano, corroborando com a visão que somente a renda, não podepor si só suprir as necessidades individuais.

Conforme Barros, Carvalho e Franco (2003) a pobreza é um fenômeno multidimensional, ou seja, que não se limita apenas à insuficiência do poder aquisitivo.

Nesse sentido, é de enorme importância discorrer sobre a abordagem a nível multidimensional, onde a mesma envolve aspectos de diversas naturezas para determinar a pobreza (ROCHA, 2003).

É importante ressaltar que estudos centrados no enfrentamento do fenômeno pobreza não devem ser focados em um único parâmetro, como é o caso unidimensional. Os mesmos

necessitam levar em consideração a evidência da sua relação com os múltiplos fatores que os cercam, ou seja, existe a necessidade de uma análise multidimensional como um das mais adequadas metodologias para entendimento desse fenômeno.

Diante dessa perspectiva, o atual trabalho propõe discorrer com relato expositivo-descritivo sobre a metodologia com enfoque multidimensional, ondese sugere um estudo aprofundado no sentidode expandiras variáveis que são importantes para determinar o fenômeno pobreza.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

Trazer para discussão a abordagem da pobreza sob a ótica multidimensional e comparar os anos 2009 e 2013, com o propósito de verificar se ocorreu alguma mudança entre esses períodos.

1.2.2 Objetivos específicos

- Fortalecer a discussão sobre a importância em se analisar a pobreza sob a ótica multidimensional;
- A partir da amostra de domicílios (PNAD) do IBGE, identificar os chefes de domicílios pobres segundo suas características: a situação alimentar, a educação, ao mercado de trabalho e a condições mínimas de moradia.

1.3 Estrutura do Trabalho

O estudo proposto tem como objetivo a busca por meio de um embasamento teórico que vem contribuir e dar sustentação a hipótese levantada e defendida nessa pesquisa, e será elaborado através de cinco capítulos. O primeiro se refere a esta introdução, onde se procura mostrar que o assunto pobreza é tema de discussão deste a Idade Média. O segundo tem como objetivo discorrer das diferentes metodologias que mapeiam os estudos do fenômeno da pobreza. O terceiro capítulo discorrerá de um referencial teórico sobre as variáveis que estruturam a abordagem do fenômeno da pobreza sob as características multidimensionais. Através de uma análise descritiva gerada a partir dos microdados dasPNADs 2009 e 2013, será elaborado o quarto capítulo, na busca de levantar as discussões a partir dos resultados

obtidos. Como finalização do trabalho, serão apresentadas às análises conclusivas como forma de justificar a metodologia da pobreza multidimensional.

2. REVISÃO DA LITERATURA SOBRE POBREZA

Não há um consenso na literatura sobre como deve ser classificada e medida à pobreza[4]. A sua conceituação é algo bastante complexo e pode ser feita levando em conta a "opinião", tanto em termos relativos, como em termos absolutos.

> Pobreza é um fenômeno complexo, para o qual não existe uma definição inequívoca, que está associada à ocorrências relativas aos diferentes aspectos da condição de vida dos indivíduos. A forma mais frequente de determinar quem é pobre consiste em comparar a sua renda com o valor mínimo julgado necessário para se participar adequadamente da vida social num contexto específico (Rocha, 1997, p.1).

Diante desse contexto, o que se verifica é a existência de diferentes formas de definir um mesmo objeto de estudo a partir de inúmeras metodologias."A noção de pobreza refere-se a algum tipo de privação, que pode sersomente material ou incluir elementos de ordem cultural e social, em face dos recursos disponíveis de uma pessoa ou família"(HOFFMANN; KAGEYAMAN, 2006 p.2).

Embora haja o reconhecimento de que a pobreza é um fenômeno complexo, sendo caracterizada por carências diversas de modo geral e constante, a renda é utilizada como determinante do bem-estar dos indivíduos - análise unidimensional -.Silva (2009), por exemplo, define pobreza em dois aspectos: pobreza absoluta, relacionada ao não atendimento das necessidades mínimas nutricionais para a sobrevivência, e pobreza relativa que diz respeito à estrutura e à evolução do rendimento médio dos indivíduos em relação aos agentes da sociedade.

A pobreza deve ser entendida como insuficiência de renda, pois em defesa dessa abordagem está que a renda é o principal determinante da qualidade de vida de um indivíduo sob a ótica da economia do bem-estar[5]de um indivíduo (SANTOS, 2007). Para Hagenaars e De Vos (1998 *apud*HOFFMANN;KAGEYMAN, 2006) as definições de pobreza podem ser enquadradas em três diferentes categorias:

---

[4]A pobreza, evidentemente, não pode ser definida de forma única e universal, contudo, podemos afirmar que a pobreza refere-se a situações de carência em que os indivíduos não conseguem manter um padrão mínimo de vida condizente comas referências socialmente estabelecidas em cada contexto histórico.

[5]A economia do bem-estar significa eficiência e equidade; aqui, porém, a terminologia não é firme, porque bem-estar econômico muitas vezes quer dizer somente eficiência. Quanto à eficiência ser ótima, como no equilíbrio geral de preços competitivos, nenhum recurso é desperdiçado, ou colocado em menos do que seus melhores usos possíveis; não pode haver mais produção de um bem sem menor produção de um outro; e uma unidade familiar não pode consumir mais, salvo de uma outra consumir menos.

a) pobreza é ter menos do que um mínimo objetivamente definido caracterizando a pobreza absoluta;

b) pobreza é ter menos do que outros na sociedade caracterizando a pobreza relativa;

c) pobreza é sentir que não se tem o suficiente para seguir adiante caracterizando a pobreza subjetiva.

Segundo Amartya Sen (2000), em sua obra intitulada *Desenvolvimento como Liberdade*, conceitua pobreza como "privação de capacidades". O qual define as capacidades como um conjunto de necessidades que são essenciais para o desenvolvimento do individuo, tais como: fome, invalidez física e mental, doença crônica e analfabetismo.

Sob essa abordagem – privação de capacidades -, as vantagens individuais são mostradas em termos de capacidades que uma pessoa possui, ou seja, das liberdades de que ela usufrui para levar um estilo de vida que julga como ideal.

Disso, decorre a noção de que a pobreza não deve ser identificada apenas sob o critério da insuficiência de renda, mas precisa ser interpretada como a privação das "capacidades básicas" (MOCELIN, 2010).

Segundo Espínola (2010), as recorrentes discussões sobre a abrangência conceitual da pobreza permitem que ela seja analisada não apenas do ponto de vista econômico (material), mas também pelo ângulo das variáveis não econômicas, desse modo pode-se considerá-la um fenômeno que envolve várias determinações.

> O uso da noção de "subsistência" para definir pobreza é alvo de algumas críticas. A principal delas refere-se ao fato de que, dentro desta abordagem, as necessidades humanas são interpretadas enquanto predominantemente físicas. Argumenta-se que as pessoas não são apenas organismos individuais que requerem a reposição de suas energias corporais, mas seres sociais, que desempenham papéis de trabalhadores, cidadãos, pais, parceiros, vizinhos e amigos. Não são apenas meros consumidores de bens materiais, mas produtores daqueles bens e participantes ativos de complexos círculos sociais. São indivíduos que dependem de instalações e serviços públicos coletivamente providos, necessidades estas tidas como universais, em vez de restritas às sociedades industriais ricas (TOWNSEND, 1993*apud* CODES, 2008 p.14)

Para Oliveira (2012) a identificação da pobreza está sob a perspectiva de apresentaçãode más condições de vida, quando identificadas através das condições habitacionais, do acesso à assistência sanitária e de serviços de saúde.

A ideia de necessidades básicas sob a ótica dos estudos sobre o fenômeno da pobreza, também levanta dois grupos de elementos essenciais para seu estudo. O primeiro está relacionado a certo mínimo de requerimentos de uma família para consumo privado: comida,

abrigo, roupas, como também mobílias e equipamentos. O Segundo refere-se ao grupo de necessidades de serviços essenciais demandados pela comunidade como um todo, como água potável, serviços sanitários, saúde, educação, transporte público, e acesso à cultura (ROCHA, 2003).

> Nesse sentido, o conceito de necessidades básicas se apresenta como uma extensão do de subsistência, uma vez que enfatiza os recursos mínimos requeridos pelas comunidades locais em suas totalidades, e não apenas necessidades de sobrevivência e eficiência de indivíduos e famílias (*ibidem,* 2003 p.20*).*

O surgimento de uma nova visão sobre estudos que abordam a pobreza, tanto na literatura nacional e internacional, defendem que é necessário ser levado em consideração outros fatores, tais como: aumento da mortalidade infantil, analfabetismo, desnutrição, expectativa de vida reduzida, falta de acesso a serviços e infraestrutura que são indispensáveis para satisfazer as necessidades básicas. Assim surge, uma nova abordagem sobre os estudos da pobreza, a pobreza multidimensional.

> A pobreza nesse aspecto manifesta-se distintamente em áreas urbanas e rurais, em cidades com diferentes graus de urbanização, em distintas condições climáticas e socioeconômicas, de acesso à terra e a outros recursos naturais, enfim, em sociedades que apresentam diferentes valores e condições de vida (ROCHA, 2003, p. 20-27).

Conforme Codes (2008), no campo de estudo relacionado ao âmbito multidimensional é ressaltado a importância de tratar desse fenômeno considerando sua complexidade, porque ao seu redor interagem diversos fatores socioeconômicos que são determinantes para identificar a situação de privação dos indivíduos.

> Privações materiais, manifestas em termos de baixos rendimentos e níveis de consumo, encontram-se no cerne do problema e resultam em outros aspectos, como má nutrição e habitação de baixa qualidade. São mais comuns nas camadas pobres o acesso insuficiente a bens produtivos e a serviços públicos básicos, assim como ao mercado de trabalho, e as precárias condições de saúde e educação, além dos problemas de discriminação de sexo, restringindo-lhes o potencial de obtenção de renda (*ibidem*, 2008 p. 26).

Esses fatores se constituem a realidade perversa nas camadas mais frágeis da sociedade, constituindo uma armadilha onde evidência tanto a exclusão social como econômica. Diante dessas perspectivas, ou seja, das diferentes abordagens sobre o fenômeno da pobreza na literatura, é importante discorrer sobre as estruturas que as mesmas são definidas.

2.1 Pobreza Absoluta

Segundo Crespo e Gurovitz (2002)a pobreza absoluta[6] considera as necessidades básicas e, aponta a insuficiência de renda para a satisfação de mínimos necessários à sobrevivência física humana, ou seja, é determinado um nível mínimo de renda que seria suficiente para a subsistência do indivíduo. Tal fato leva o indivíduo ser considerado em situação de privação absoluta quando não alcança esse mínimo necessário.

> Como privação absoluta, a pobreza é vista como uma manifestação concreta de carências de elementos reconhecidamente indispensáveis à sobrevivência. Pressupõe, portanto, um consenso sobre quais sejam essas carências e os níveis de atendimento suficientes para corrigi-las. Embora intuitivamente plausível essa concepção enfrenta dificuldades metodológicas decorrentes da falta desse consenso(LUSTOSA; FIGUEIREDO, 1990, p. 355).

A noção tradicional de linha de pobreza está associada ao conceito de pobreza absoluta, a qual corresponde ao não atendimento das necessidades mínimas vitais relativas à sobrevivência física. Esse conceito de pobreza é mais apropriado para mensurar privação social e econômica em países pobres, visto que nestes locais as questões de sobrevivência física têm maior relevância devido à vulnerabilidade que os indivíduos estão expostos, ou seja, fome (SANTOS, 2007).

Conforme Oliveira (2012), em países com baixo desenvolvimento ou, em desenvolvimento, por exemplo, o Brasil, o conceito de pobreza absoluta reflete a situação das pessoas pobres, se baseando apenas na insuficiência de renda. O uso é justificado, porque o seu cálculo é mais simples e, existe uma gama de informações para realizar este procedimento, onde o aspecto absoluto é muito utilizado para inserir novas políticas públicas com o objetivo de combater à pobreza, através do combate à fome.

No caso do Brasil, onde a renda da população é considerada insuficiente para garantir as pessoas o acesso a bens e serviços básicos, a linha de pobreza é associado ao conceito de pobreza absoluta.

Os resultados empíricos obtidos em termos de medições e indicadores de pobreza, conforme Tabela 2.1, se mostram extremamente importante para elaboração de política pública com objetivo de enfrentar essa realidade perversa de parte da sociedade brasileira (ROCHA, 1997).

[6]Linhas de pobreza absoluta representam o custo da compra de uma cesta de itens essenciais que permitem a uma pessoa alcançar o patamar absoluto mínimo de satisfação de certas necessidades básicas.

Tabela 2.1– Brasil[1]: Indicadores de Extrema Pobreza 2003-2013

Ano	Número de Indigentes (milhões)	Indigentes[7] (%)	Severidadeda indigência[8] (%)	Renda Média dos Indigentes (R$ por mês)
2003	30,2	17,5	4,4	72
2004	26,2	15,0	3,6	73
2005	23,5	13,2	3,1	74
2006	19,4	10,8	2,6	73
2007	18,4	10,2	3,0	69
2008	15,8	8,7	2,4	71
2009	15,3	8,3	2,4	69
2011	12,7	6,9	2,4	63
2012	10,9	5,8	2,0	62
2013	11,1	6,0	2,3	59

Fonte: Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS)
Elaboração da autora
[1] Nota:Exceto área rural da região Norte.

Analisando a Tabela 2.1, verifica-se redução no número absoluto de indigentes no Brasil, aproximadamente 63,24% no período analisado. Outra análise passível de ser extraída da referida tabela, é sobre a questão da severidade da indigência, onde também é registrada uma queda em torno de 47,73%.

Segundo Rocha (2003) define a pobreza absoluta como linha de indigência[9] ou pobreza extrema. De acordo com a sua perspectiva a privação absoluta é considerada quando trata de custos com as necessidades mínimas de alimentação.

"Define indigentes como aqueles cuja renda familiar *per capita* é inferior ao valor necessário para atender tão-somente às necessidades básicas de alimentação" (ROCHA 1997, p. 2).

As necessidades nutricionais são medidas em calorias, onde é mensurado um valor mínimo de calorias tornando-o uma referência para a chamada linha de indigência, e são chamados de indigentes aqueles indivíduos que não conseguem atingir esse mínimo necessário (LOUREIRO; SULIANO, 2009; SANTOS, 2007).

[7]A porcentagem do número de indigentes é embasada sob a ótica de valores monetários - linha de indigência - determinados por Rocha (1999).
[8] A severidade da indigência (%) significa o grau representativo ou a intensidade mais severa de pessoas que se encontram nessa situação de dureza.
[9]A linha de indigência, endogenamente construída, refere-se somente à estrutura de custos de uma cesta alimentar, regionalmente definida, que contemple as necessidades de consumo calórico mínimo de um indivíduo.

Vaz e Soares (2008) mencionam que as necessidades nutricionais são determinadas sob a ótica da necessidade que um indivíduo precisa para ter uma vida produtiva, geralmente algo entre 2000 e 2500 cal/dia.

> Para isso é preciso, em primeiro lugar, derivar o aporte calórico *per capita* dacesta alimentar observada em cada família residente na área. Isso é feito com base na composição dos alimentos, obtendo-se como resultado a estimativa do consumo calórico *per capita* diário naquelas famílias. Uma vez ordenadas as famílias em função crescente do seu consumo calórico *per capita*, busca-se identificar o intervalo de despesa alimentar mais baixo para o qual a necessidade calórica é atendida (ROCHA,1999,p.113).

A estimação do custo para adquirir uma cesta de alimentos para que o indivíduo possa gerar essas calorias diárias, pode variar conforme a localização que o indivíduo se encontra. Pois, as calorias diárias podem ser consumidas levando em consideração a cultura alimentar do local, essa foi uma das grandes contribuições de Rocha (1997) ao determinar diferentes valores para várias regiões do país.

Sob essa ótica – linha de extrema pobreza -, a Tabela 2.2, vem demonstrar as contradições nas abordagens que determina esses valores para o Brasil.

Tabela 2.2 – Brasil: Linha de Extrema Pobreza – renda per capita domiciliar - 2003-2013

Ano	Iets[1]	Governo[2]
2003	73,00	43,74
2004	77,47	46,05
2005	81,38	49,09
2006	83,66	50,45
2007	87,97	52,35
2008	93,66	56,00
2009	97,51	58,90
2010	103,82	61,87
2011	110,12	65,96
2012	116,95	69,18
2013	123,45	74,00

[1]Fonte: Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS)
[2]Fonte: Falcão e Costa (2014). Linha que o Governo utiliza para o Programa Bolsa Família.
Valores reais de junho/2013 - Deflator INPC/2013

Por meio dos dados apresentados na Tabela 2.2, a linha de extrema pobreza para Rocha é visivelmente mais alta do que a linha de extrema pobreza para o governo que se baseia no método do Brasil sem miséria, linha estipulada para os programas sociais do governo.

No período analisado é verificada evolução nos valores que definem a linha de pobreza extrema, entre 2003 a 2013 para ambos os estudos.

Mesmo sendo possível definir um nível mínimo de calorias que uma pessoa precisaria consumir para estar bem nutrida, mensurada através da renda, a forma como os indivíduos alcançam os requisitos calóricos depende de suas preferências de consumo, pois os indivíduos tem preferências distintas (BARROS; CARVALHO; FRANCO, 2006).

Para Lavinas (2009) caracterizar as necessidades básicas é um pré-requisito universal indispensável à participação dos indivíduos no desenrolar da sua própria existência.

Um aspecto interessante nessa abordagem das necessidades básicas da alimentação, é que essa medida não é universal. A quantidade e o custo dos alimentos variam conforme os hábitos alimentares observados, e os tipos de comida disponíveis em cada sociedade. Em síntese, necessidades alimentares são condicionadas socialmente (TOWNSEND, 1993 *apud* CODES, 2008).

A literatura apresenta também a abordagem que centra o estudo de não captar apenas necessidades mínimas nutricionais, mas de incorporar outros elementos necessários a vida humana, que quando comparado mensura se o indivíduo é caracterizado como pobre ou não, essa abordagem representa um avanço em relação a privação absoluta , sendo denominado como pobreza relativa.

2.2 Pobreza Relativa

A noção de pobreza relativa teve sua origem explicada pela transitoriedade[10]considerando uma cesta mínima (bens e serviços) necessária à sobrevivência física. Conforme essa visão, com o passar do tempo, com o desenvolvimento material e a evolução dos costumes na sociedade foram surgindo novas necessidades que passaram a ser consideradas como itens necessários para compor a cesta básica.

[10]O termo transitoriedade é utilizado aqui para enfatizar que a cesta mínima de bens e serviços, considera da básica, não é imutável ao longo do tempo. Daí decorre a sua temporalidade, observados os contextos históricos e culturais.

Sob essa perspectiva, a pobreza passou a se referir a um conjunto de condições que extrapolam a esfera da renda e às necessidades básicas de sobrevivência física (HOFFMANN; KAGEYAMA, 2006).

Segundo Oliveira (2012), a pobreza como privação relativa é definida em função do contexto social e da realidade econômica em que se vive, a partir da consideração do padrão de vida e da situação econômica dos agentes. Nesse aspecto o campo social tem bastante relevância, sabendo que o conceito de pobreza tem um caráter relativo, onde a situação socioeconômica de um indivíduo é analisada quando comparada a de outro indivíduo.

> Define necessidades a serem satisfeitas em função do modo de vida predominante na sociedade em questão [...]. Implica, consequentemente, delimitar um conjunto de indivíduos 'relativamente pobres' em sociedades onde o mínimo vital já é garantido a todos (ROCHA,2003, p.11).

A pobreza relativa é estabelecida, portanto, por comparação: o fenômeno é entendido como um estado de carência relativamente a outras situações sociais com que é confrontado. Ser pobre significa não ter os meios necessários para agir de modo satisfatório no conjunto da sociedade (ROCHA, 2003).

A análise desse estágio de privação tanto social como econômica, é extremamente importante para tomada de ações no que tange a elaboração e execução de políticas pública que tem como público alvo essa parcela da sociedade, conforme Tabela 2.3.

Tabela 2.3 – Brasil: Indicadores de Pobreza- 2003-2013

Ano	Número de pobres (milhões)	Porcentagem de Pobres	Severidade da pobreza (%)	Renda média dos pobres (R$ por mês)
2003	68,0	39,4	11,1	133
2004	64,5	36,9	9,6	138
2005	60,8	34,2	8,5	141
2006	53,2	29,7	7,1	143
2007	50,6	28,0	7,0	142
2008	45,8	25,2	6,0	145
2009	43,6	23,8	5,8	145
2011	37,7	20,6	5,1	145
2012	33,6	18,0	4,3	148
2013	31,7	17,0	4,4	143

Fonte: Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS)
Elaboração da autora
[1] Nota: Exceto área rural da região Norte.

Conforme os dados apresentados na Tabela 2.3 no período de 2003 a 2013, verifica-se uma redução do número de pobres no Brasil, em torno de 53,38%. A porcentagem de pobres em relação à população no período analisado seguiu a mesma trajetória, ou seja, queda de aproximadamente 22,4% em 10 anos.

Segundo Lavinas (2009) a pobreza é relativa e evolui no tempo, pois considera que as melhorias nas condições de vida é uma busca constante, logo não é um processo estacionário.

Dessa forma, o indivíduo pode ter acesso a todos os bens e serviços necessários para sua sobrevivência, mas ainda assim, é considerado pobre caso seu acesso ao mercado seja limitado, diante do restante da população.

Dentro da concepção de privação relativa, as pessoas pobres são aquelas que não podem obter, de todo ou suficientemente, recursos e condições de vida (alimentação adequada, conforto e serviços) que lhes permitam desempenhar papéis, participar de relacionamentos e seguir o comportamento que lhes é esperado enquanto membros da sociedade (CODES, 2008).

A abordagem das necessidades básicas insatisfeitas nos permite levar em conta a noção de pobreza relativa, o que certamente representa um avanço em relação ao critério da linha de pobreza absoluta (MOTTA, 2000).

Para Mocelin (2010), a noção de privação relativa compreende a noção da pobreza como uma questão social, onde verifica que a insuficiência em poder acessar os meios necessários, resulta nas desigualdades sociais e que culmina numa realidade de exclusão de uma parcela da sociedade.

> A pobreza é um conceito relativo. Dizer quem está em situação de pobreza é uma afirmação relativa – como dizer quem é baixo ou pesado. (...) O fato de que a pobreza é essencialmente um conceito relativo e que essencialmente se refere a um conjunto de condições e não simplesmente à condição financeira tem sido aceito publicamente ou implicitamente pelos maiores estudiosos do tema quase desde o início dos estudos sobre pobreza. (ABEL-SMITH; TOWNSEND, 1972 *apud* HOFFMAN; KAGEYAMAN, 2006,p.4)

As privações podem ocorrer em todas as esferas da vida: no trabalho, no lar, no meio social em torno de onde se vive e na família; enfim, em uma diversidade de atividades sociais e individuais em que diversos papéis sociais são desempenhados (CODES 2008).

Segundo Oliveira (2012) a pobreza observada pela ótica da privação relativa é definida com base na situação social, na realidade econômica, no padrão de vida dos indivíduos e na satisfação das necessidades."São definidos como pobres os indivíduos cuja renda familiar per capita é inferior ao valor que corresponderia ao necessário para atender a todas as necessidades básicas (alimentação, habitação, transporte, saúde, lazer, educação, etc.)"(ROCHA, 1997 p.2).

A privação relativa, é utilizado mais amplamente em países ricos, define necessidades a serem satisfeitas em função do modo de vida predominante em determina da sociedade, o que resulta incorporar a redução das desigualdades sociais por meio das políticas públicas. Trata-se, portanto, de identificar os "relativamente pobres" em sociedades onde o mínimo para sobreviver é garantido. (SANTOS,2007).

Uma linha de pobreza[11] relativa pode ser definida, por exemplo, calculando a renda per capita de parte da população. Nessa abordagem, a definição não é de um padrão mínimo de satisfação de necessidades, mas de um padrão médio ou mediano, classificando como pobres os indivíduos que se localizam em uma posição de desvantagem nessa distribuição (CRESPO; GUROVITZ,2002).

A Tabela 2.4 demonstra as diferentes linhas de pobreza abordada para o Brasil, ao longo dos anos de 2003 a 2013.

[11]A linha de pobreza é calculada como múltiplo da linha de indigência, considerando os gastos com alimentação como uma parte dos gastos totais mínimos, referentes, entre outros, a vestuário, habitação e transportes.

Tabela 2.4 – Brasil: Linha de Pobreza – 2003 a 2013

Ano	Iets[1]	Governo[2]
2003	146,00	91,02
2004	154,94	95,83
2005	162,76	102,16
2006	167,33	104,99
2007	175,94	108,95
2008	187,33	116,53
2009	195,02	122,58
2010	207,64	128,75
2011	220,25	137,27
2012	233,90	143,98
2013	246,90	154,00

[1]Fonte: Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS)
[2]Fonte: Falcão e Costa (2014) – Linha de Pobreza que o Governo utiliza para o Programa Bolsa Família.
Nota: em valores reais de junho/2013. – Deflator INPC/2013

De acordo com a Tabela 2.4, os valores apresentados significam a linha ou limite de pobreza para os brasileiros, pois os indivíduos que apresentam renda superior a linha de extrema pobreza e inferior a linha de pobreza são considerados pobres. A linha de pobreza além de advertir a necessidades alimentares incorpora a esta renda as necessidades básicas como saneamento básico, saúde, educação entre outros fatores que são essenciais para o desenvolvimento do ser humano.

Conforme Rocha (2003) além dos custos com as necessidades mínimas nutricionais (linha de indigência) existe os custos com habitação e vestuário (linha de indigência mais um valor monetário correspondente às outras necessidades básicas). Essa linha de pobreza atua delimitando a fronteira entre os pobres e os "não pobres" (MOTTA, 2000).

Oliveira (2012) alega que a abordagem das necessidades básicas insatisfeitas é mais ampla que a satisfação das necessidades alimentares. Trata na realidade de outras necessidades vistas como essenciais para os indivíduos, tais como saúde e educação e relaciona se os mesmo têm acesso ao ser comparado com os demais da sociedade.

Tal concepção tem um caráter relativo intrínseco, pois a consideração de um nível mínimo de educação, ou de saúde, ou de saneamento varia em relação a regiões, localidades, situação de domicílio (rural ou urbano), aspectos culturais ou até mesmo climáticos e geográficos.

Dessa forma, surge na literatura mais uma abordagem que tenta explicar e conceituar sobre o fenômeno da pobreza. Diante dessa perspectiva, o estudo no aspecto subjetivo e tem por objetivo captar o sentimento dos indivíduos sobre sua real realidade de vida, dessa forma, surge a denomina da pobreza subjetiva.

2.3 Pobreza Subjetiva

Na visão de Oliveira (2012) a pobreza subjetiva vai tratar do sentimento de privação do indivíduo, de como esses indivíduos se auto avaliam enquanto membro da sociedade, em relação asua situação socioeconômica.

Segundo Crespo e Gurovitz (2002), a visão subjetiva é categorizada como "juízo de valor", vista como uma abstração do indivíduo, acerca do que deveria ser um grau suficiente de satisfação de necessidades, ou do que deveria ser um nível de privação suportável.Os indivíduos acometidos por essa situação são definidos como aqueles cuja renda está abaixo do que eles consideram como o indispensável para viver e expressam sentimentos do que deveriam ser os padrões contemporâneos da sociedade quanto à pobreza.

> As definições de pobreza subjetiva podem ser de dois tipos: pobres são aqueles cujo nível de renda está abaixo daquele que consideram que seria o 'exatamente suficiente' para viver e outra abordagem tenta conciliar a pobreza subjetiva com a ideia de "*basicneeds*"propõe que se indague às pessoas o que elas consideram como necessidades básicas e depois se compare esse valor com sua renda disponível. (HOFFMANN; KAGEYAMAN, 2006, p.4).

A pobreza subjetiva considera a opinião dos indivíduos sobre a sua situação diante da sociedade, fato este que corrobora com a visão de Espínola (2010), em que o conceito de pobreza subjetiva se apoia no sentimento de impotência e exclusão social.

As pessoas que têm esse sentimento se consideram pobres quando por um momento de privação verificam que a renda está abaixo do que eles consideram o necessário para viver.

Dessa forma, a subjetividade do conceito está relacionada à opinião dos indivíduos sobre a cesta de bens e serviços necessária à satisfação pessoal e ao gozo da cidadania.Outro fator que caracteriza esta análise é a dificuldade de mobilidade social, dados os fatores psicológicos e as dificuldades materiais de superação de tal situação.

> A privação subjetiva não pode ser avaliada independentemente da privação efetiva (carência material e social, que merece escrutínio e mensuração), pois esta é tida como fundamental para o entendimento mais completo dos fenômenos social e psicológico, servindo também como pilar para a investigação científica da pobreza. (TOWNSEND, 1993 *apud* CODES, 2008, p.18)

A abordagem subjetiva, por sua vez, revela às opiniões das pessoas, referentes aos bens e serviços que para elas são importantes. Ela refere-se ao sentimento individual de ter-se tornado pobre, quando já não é mais possível cumprir os compromissos decorrentes da posição ocupada no meio em que se vive (CODES, 2008).

A partir da noção de pobreza subjetiva, alguns indicadores que possibilitassem quantificar o número de pessoas consideradas pobres foram estabelecidos, de acordo com os termos propostos pela abordagem.

Entretanto, os indicadores requeriam um conjunto de perguntas específicas, que nem sempre constavam nas pesquisas demográficas que são normalmente utilizadas para estudos empíricos relacionados à pobreza.

Diante dessa perspectiva, seria estabelecida a linha de pobreza subjetiva, definida pelas próprias pessoas eleitas para servirem como público alvo de determinado estudo, em que a partir da resposta que fornecem à pergunta de qual seria a renda considerada indispensável para suprir todas assuas necessidades, seria possível mensurar o número de pobres (VAZ; SOARES, 2008).

Entende-se, portanto, que seria necessário o desenvolvimento e aplicação de um questionário específico contendo essas informações, caso se desejasse realizar uma análise subjetiva da pobreza (MOTTA, 2000).

> Pela própria abstração inerente à percepção subjetiva da pobreza, diversas dificuldades impõem-se à realização desse tipo de pesquisa. Por isso, estudos dessa natureza ainda são pouco numerosos em relação àqueles que se atêm aos aspectos objetivos do fenômeno. Entretanto, mesmo em se adotando conceitos menos extensos sobre a pobreza – que não consideram seus aspectos subjetivos –, as investigações sobre o tema são imbuídas de dificuldades (CODES, 2008, p.29).

Mesmo a pobreza subjetiva apresentando um aspecto interessante para chegar mais próximo da realidade quanto ao sentimento de pobreza mencionado pelos indivíduos, sua abordagem não é totalmente eficiente, porque existem algumas limitações inerentes a essa metodologia.

Dessa forma, a abordagem da pobreza multidimensional, que busca a relação entre as diversas carências identificadas, que não busca apenas as necessidades alimentares, a renda, ou a opinião da população a cerca do seu sentimento do que precisa, mas torna esses elementos um conjunto para mensurar o que é pobreza.

2.4 Pobreza Multidimensional

De acordo com a perspectiva multidimensional[12], a abordagem da pobreza que considere somente a renda independentemente da capacidade para realizar os funcionamentos torna-se inadequada. "A visão de necessidade básica confere destaque ao caráter multidimensional da pobreza e ao reconhecimento da inter-relação entre as diversas carências, o que não ocorre na ótica da pobreza como insuficiência de renda" (OLIVEIRA 2010, p. 174).

De toda forma, não é desconsiderado que ter uma renda baixa seja um dos maiores motivos de pobreza, porque pode levar à privação de capacidades e assume que a relação entre renda e capacidades pode variar segundo alguns fatores como: papéis sociais, idade, localização residencial, condições de saúde, entre outros (CODES, 2008).

Conforme Santos (2007), o progresso humano e as condições de vida das pessoas não podem, assim, ser reduzidos apenas à condição econômica das famílias. Por isso, existe uma busca intensa por medidas socioeconômicas mais abrangentes, que incluam também outras dimensões fundamentais da vida e da condição humana.

> A ideia central é que a pobreza tem uma dupla natureza: de um lado, deve-se ao subdesenvolvimento regional e local, que impõe privações em condições básicas de existência, como luz elétrica, água encanada e instalações sanitárias, e dificuldade de acesso aos serviços de saúde e educação; de outro lado, a pobreza tem raízes nas características demográficas e nas limitações do capital humano e financeiro das famílias, que prejudicam a capacidade de elevar a renda familiar (HOFFMANN e KAGEYAMAN, 2006 p.6).

Segundo Barros, Carvalho e Franco (2003) a pobreza é, claramente, um fenômeno multidimensional que não se limita apenas à insuficiência de poder aquisitivo, isto é, da renda. Essa característica de diversas óticas gera uma série de dificuldade para se trabalhar com o conceito de pobreza.A perspectiva da multidimensionalidade permite que se vá além dos estudos sobre gradações de pobreza, estabelecendo espaços para novos estudos desenvolvidos em termos dos aspectos entre indicadores de condições de existência e de rendimentos.

[12]Método que identifica domicílios pobres como aqueles que enfrentam privação severa de necessidades humanas básicas, baseado no uso de indicadores de privações.

Assim, as diversas formas de pobreza podem ser identificadas, tanto por uma ótica cumulativa (como, por exemplo, os grupos familiares que acumulam pobreza monetária e condições de vida precárias), como sob um ponto de vista seletivo, abrangendo outros fatores que são importantes para o desenvolvimento econômico e social (CODES, 2008).

Nesse sentido, definir, caracterizar e, até mesmo, mensurar a pobreza num contexto de multidimensionalidade, leva em consideração a compreensão deste fenômeno via aspectos culturais, políticos, sociais, étnicos, psicológicos e econômicos. Tal análise converte-se numa tarefa difícil dado o envolvimento de distintas determinações (ESPÍNOLA, 2010).

> A ideia das necessidades básicas deve ser situada no panorama geral de desenvolvimento econômico e social de uma nação. Em nenhuma circunstância ela deve ser tomada como o mínimo necessário para a subsistência, mas deve, sim, ser entendida no contexto de independência nacional, da dignidade de indivíduos e povos, e de suas liberdades para levar seus destinos adiante sem impedimento (TOWNSEND, 1993*apud*CODES 2008 p. 15).

Conforme Oliveira (2012), a moeda não é usada apenas para as necessidades alimentares, mas também para ter acesso a bens e serviços que satisfazem as necessidades mais básicas das pessoas, quais sejam: alimentação, moradia, vestuário, transporte, serviços de saúde, de educação e de segurança, entre outros, em que a renda constitui uma variável importante para satisfazê-las.

Santos (2007), sugere que por meio de pesquisas e testes empíricos é possível verificar que nem sempre o aumento da renda é acompanhado de melhoria do bem-estar humano, pois teste em países com elevada renda *per capita* tem mostrado baixos indicadores de desenvolvimento para certos grupos sociais.

Fato este que comprova que a renda, por si só, não se converte necessariamente em outras realizações, visto que os recursos monetários não compram todos os elementos necessários a uma vida com qualidade.

> A divisão entre pobreza absoluta e relativa parece, muitas vezes, não ser clara. Mas, o importante é que a ideia de que as pessoas pobres não são somente vítimas da má distribuição de renda, mas que lhes falta recursos para realizar as demandas sociais, leva a uma compreensão mais complexa da pobreza (multidimensional). Observa-se que, a partir dessas considerações, a identificação da pobreza se relaciona com a negação dos direitos de cidadania, já que esta explicita a iniquidade da estrutura social (CODES, 2008 p.16).

A perspectiva das necessidades básicas se diferencia das necessidades nutricionais ou privação da renda por reconhecer o caráter multidimensional da pobreza, abandonando a linha

de pobreza tradicional que é expressa em valores monetários, em favor da adoção de parâmetros que reflitam resultados efetivos em termos de qualidade de vida (ROCHA, 2003).

Embora a pobreza ainda seja avaliada predominantemente pelo critério da renda e a linha de pobreza estabelecida em termos de pobreza absoluta, existe uma forte corrente na literatura em defesa da necessidade de se incluir aspectos não econômicos na análise das condições de vida das pessoas.

Diante dessa perspectiva, Corrêa (2013), ressalta a importância de se pesquisar a pobreza multidimensional através de uma abordagem quantitativa e que consiga levantar as características relacionais da multidimensionalidade desse fenômeno.

Segundo Rocha (2003) a multidimensionalidade da pobreza vai envolver aspectos de diversas naturezas: subjetivos, materiais, assim como dimensões políticas e sociais relacionadas à questão.

Em meio a esses fatores, é observado que se trata, de fato, de um fenômeno de caráter multidimensional, em que as diversas carências e fatores socioeconômicos a ele associados estão inter-relacionados.

Verner (2003*apud*Espínola, 2010) defende que a pobreza, além de significar uma privação inaceitável em termos de bem-estar humano, que extrapola o fator renda e o consumo insuficiente, pode ser percebida pela falta de estima e estado de impotência que caracterizam os indivíduos atingidos por esta situação, haja vista a falta de acesso satisfatório à educação, saúde, nutrição e segurança. Assim, a falta dos meios de sobrevivência física, a dificuldade dos benefícios do progresso e a falta de amparo público adequado impedem o gozo da cidadania e caracterizam o estado de vida dos pobres.

> A vulnerabilidade de uma família representa o volume adicional de recursos de que ela precisa para satisfazer suas necessidades básicas. A presença, por exemplo, de gestantes, crianças, adolescentes, jovens e idosos aumenta a vulnerabilidade das famílias na medida em que cresce o volume de recursos *per capita* necessários para a satisfação de suas necessidades básicas. Dotar as famílias de meios sem garantir que elas possam efetivamente utilizá-los para a satisfação de suas necessidades não é uma política eficaz. Assim, tão importante quanto garantir que elas tenham acesso aos meios de que necessitam é dar-lhes a oportunidade de usá-los. Por exemplo, a importância de dar a uma pessoa os conhecimentos necessários para que ela desempenhe uma determinada função será dramaticamente reduzida caso ela não venha a ter a oportunidade de realizá-la. O acesso ao trabalho representa a oportunidade que uma pessoa tem de utilizar sua capacidade produtiva. Trata-se de um dos casos mais típicos de oportunidade para a utilização de meios. As condições habitacionais é outro fator importante que guardam estreita relação com as condições de saúde (BARROS; CARVALHO; FRANCO, 2006 p.17).

A definição multidimensional da pobreza, leva em conta um número sem limites de problemas, tanto em suas causas quanto em suas consequências, pois a pobreza é percebida como um conjunto de problemas mais abrangentes, constituintes de vários fatores que se retroalimentam e que, ao entrarem em sinergia, dificultam a superação de situações de pobreza.

Por essa abordagem constituir complexidade é verificado que os indivíduos são muito pobres para sair daquela situação de privação sozinho, pois as necessidades não são apenas monetárias, apresentando diversos fatores que influenciam nessa situação (CODES, 2008).

Nesse sentido, vale discorrer sobre alguns vetores que são abordados na contextualização da pobreza multidimensional, tais como: condições de moradia, a perspectiva no mercado de trabalho, educação, saúde, etc.

3. POBREZA SOB A ÓTICA DA ABORDAGEM MULTIDIMENSIONAL

O cerne da realidade de um universo de privação social e econômica de parte da população de uma sociedade é em sua maioria estudada via insuficiência de renda, que se dá sob a ótica unidimensional. Quando a pobreza recebe um tratamento levando em conta a análise multidimensional, é possível identificar o nível de complexidade que está intrisíco nessa realidade. Pois, esse fenômeno é resultante da soma de várias características que compõem esse cenário de privação (CORRÊA, 2013). Nessa perspectiva, não é possível afirmar que somente a privação monetária é o problema desse contexto que transita pela desigualdade. Nesse sentido, é de grande relevância estudos que venham agregar cada vez mais variáveis para um melhor entendimento desse fenômeno. Dessa forma, esse capítulo vai discorrer sobre variáveis que devem compor o estudo que abordam a pobreza.

3.1 Pobreza sob a ótica da escassez do alimento

A problemática sobre a segurança alimentar[13] é um assunto abordado em vários estudos há muito tempo (CARDOSO, 2010). Segundo Deves e Filippe (2008), o conceito surge em um período pós 1ª Guerra mundial, quando é percebido o poder que um país poderia exercer sobre os demais, quando dominava o controle de fornecimento de alimentos, sendo uma estratégia ainda adotada até os dias atuais.

> O problema da segurança alimentar tem sido objeto de várias conferências e relatórios. Um dos mais recentes, o Relatório do Banco Mundial de 2008, traça algumas linhas de orientação para os países pobres atingirem níveis de desenvolvimento e de segurança alimentar mais elevados, como: Melhorar os incentivos de preços e aumentar a qualidade e a quantidade dos investimentos públicos; Fazer com que os mercados funcionem melhor; Melhorar o acesso aos serviços financeiros e reduzir a exposição aos riscos que não dispõem de seguro; Melhorar o desempenho das organizações de produtores; Promover a inovação por intermédio da ciência e tecnologia; Tornar a agricultura mais sustentável e provedora de serviços ambientais (CARDOSO, 2010, p.7).

Uma forma de entender a questão da segurança ou insegurança alimentar é classificar os domicílios pelas formas de situação existente e identificar como a população é enquadrada dentro dessa realidade.

[13]"A Segurança Alimentar significa garantir, a todos, condições de acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares saudáveis, contribuindo, assim, para uma existência digna, em um contexto de desenvolvimento integral da pessoa humana", segundo notas metodológicas da PNAD.

De acordo com Bandeira, Lopes e Silva (2011) os domicílios tendem ser classificados da seguinte maneira: i) situação de segurança alimentar, que apresenta em suas características acesso aos alimentos no aspecto qualitativo e quantitativo sem a perspectiva de uma privação futura; ii) situação de insegurança alimentar leve, que leva em consideração a qualidade e com a disponibilidade dos alimentos no futuro, iii) insegurança alimentar moderada, que significa a existência de domicílios com restrição somente na quantidade de alimentos para os adultos e iv) insegurança alimentar grave, que além de considerar a restrição alimentar inerente aos adultos também identifica crianças com déficit alimentar, conforme demonstrado na Tabela 3.1.

Tabela 3.1– Brasil: Situação de Segurança Alimentar por Domicílio (%) – 2004

Situação do domicílio	Com segurança alimentar	Com insegurança alimentar	Com insegurança alimentar leve	Com insegurança alimentar moderada	Com insegurança alimentar grave	Sem declaração
Brasil	60,27	39,69	17,97	14,07	7,65	0,04

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)
Elaboração própria

Conforme a Tabela 3.1 é possível verificar que no Brasil aproximadamente 60,27% dos domicílios apresentam uma situação classificada como de segurança alimentar. Os domicílios com insegurança alimentar apresentaram 39,69%, que mesmo sendo inferior a situação de segurança alimentar ainda tem um percentual muito significante, fato este, que tem que ser combatido através de ações dos agentes públicos.

Segundo Pares (2005) os grupos populacionais mais vulneráveis e em situação de insegurança alimentar são as comunidades indígenas, os negros, os pardos os quilombolas, os acampados da reforma agrária, os atingidos por barragens e as vítimas de calamidades públicas. Diante dessa perspectiva, a Tabela 3.2 vem demonstrar a situação de segurança alimentar segundo grupo populacional a nível nacional.

Tabela 3.2– Brasil: Situação de Segurança Alimentar por Cor ou Raça (%) – 2004

Situação do domicílio	Com segurança alimentar	Com insegurança alimentar	Com insegurança alimentar leve	Com insegurança alimentar moderada	Com insegurança alimentar grave
Branca	61,30	28,10	42,72	33,31	27,23
Preta ou parda	37,97	63,19	56,81	66,32	72,41

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)
Elaboração própria

Através dos dados apontados na Tabela 3.2, constata-seque a situação de segurança alimentar em maior número está entre os indivíduos brancos representando 61,30%, no sentido diametralmente oposto, os indivíduos pardos ou pretos são os que possuem maior representação no quesito insegurança alimentar com aproximadamente 63,19%. Dessa forma, os dados revelam que há uma discrepância em relação à situação de segurança alimentar existente nos domicílios quando verificados pela ótica da raça, identifica-se que os pardos e negros são os mais propensos a viverem uma realidade com a existência de privação no acesso aos alimentos.

> A pobreza é a maior causa de insegurança alimentar. Um desenvolvimento sustentável, capaz de erradicá-la, é crucial para melhorar o acesso aos alimentos. Conflitos, terrorismo, corrupção e degradação do meio ambiente também contribuem significativamente para a insegurança alimentar. Esforços para aumentar a produção de alimentos, incluindo os alimentos de base, devem ser feitos (CARDOSO, 2010, p.9).

Segundo Hoffmann (1995),na economia brasileira o acesso diário aos alimentos depende do poder aquisitivo que as pessoas possuem. Porém estudos aportam que uma parcela da sociedade brasileira não possui rendimentos suficientes para uma alimentação saudável, assim as mesmas estão em uma situação de desnutrição.

Nesse sentido, é importante ressaltar que sob a ótica da insegurança alimentar, é possível concluir que a mesma possui alta correlação com a renda, fica evidente que a população menos favorecida – pobres - são os mais vulneráveis quando se analisa essa realidade (HOFFMANN; KAGEYAMAN, 2008).

> A insuficiência da alimentação e outras condições impróprias para a saúde, associadas ao baixíssimo poder aquisitivo de grande parte da população brasileira, manifestam-se em indicadores antropométricos de desnutrição. O crescimento e a manutenção das dimensões corporais exigem a presença de condições ótimas, principalmente quanto à ingestão e utilização biológica de calorias e proteínas. Assim, os indicadores antropométricos constituem uma maneira bastante sensível de detectar casos de desnutrição (HOFFMANN,1995, p.164).

Diante dessa perspectiva, Monteiro (2003), menciona que as crianças por serem biologicamente mais vulneráveis a diversas deficiências nutricionais, são escolhidas como grupo indicador da presença de desnutrição na população. E uma das características que essa população – crianças – apresenta ao apresentar nível nutricional abaixo do recomendado é: *estatura* muito baixa, com desvios em relação a idade e sexo.

Conforme Florêncio *et. al*. (2003), além de considerar as crianças, é preciso também considerar as gestantes como variável chave para compor o grupo de risco de estudos que centralizam suas pesquisas no fator desnutrição.

> uma criança pode ter problemas graves de desnutrição, mesmo que tenha acesso a uma alimentação abundante e variada, se tiver, por exemplo, frequentes diarreias causadas pelo consumo de água contaminada. e claro que um bom estado nutricional não depende apenas da segurança alimentar, mas também do acesso a outras condições para uma vida saudável como moradia, abastecimento de água, condições sanitárias, acesso a serviços de saúde, educação etc. nesse sentido, pode-se afirmar que o conceito de segurança alimentar é limitado (HOFFMANN, 1995, p.168).

Embora a desnutrição crônica[14] de grande número de crianças brasileiras não possa ser atribuída apenas à alimentação insuficiente, por meio de estudos, é possível verificar que grande parcela das famílias brasileiras não tem segurança alimentar (HOFFMANN;KAGEYAMAN, 2008).

Segundo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento *(PNUD*[15]) a desnutrição apresentou queda em todas as regiões brasileiras ao longo de 1999 a 2004. Em 1999 o percentual de crianças de 1 a 2 anos em situação de desnutrição no Brasil era de 19,8% e em 2004 passou a ser 7,7%. A maior queda foi na região do Sul, onde a proporção de crianças de até dois anos com déficit de peso apresentou uma redução da ordem de 74% entre 1999 e 2004. A mesma trajetória descente é verificada para outras regiões do país, tais como a

[14]**Desnutrição** crônica é o nome que se dá à doença causada pela baixa ingestão de proteínas, carboidratos, vitaminas, lipídios e sais minerais de modo geral, ela é caracterizada quando o regime ou dieta alimentar é inferior a 2500 calorias diárias.

[15]Disponível em:http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=715. Acesso em: 20 maio 2015.

região Sudeste reduziu em aproximadamente 62%; a região Nordeste apresentou uma queda em torno de 55%; a região Norte 43% e o Centro-Oeste 52% aproximadamente.

> [...], ter parâmetros individuais e populacionais da fome, da má alimentação, da desnutrição é fundamental para orientar a elaboração e implantação de políticas e programas públicos capazes de promover um desenvolvimento humano sustentável, que tenha como um dos eixos centrais a redução das desigualdades sociais e econômicas e a erradicação da fome (VALENTE, 2003, p.57).

Fica evidenciado pelo exposto até então que a alimentação é um forte parâmetro para medir o nível de pobreza existente, porém é necessário ainda verificar outros fatores que influenciam nesse contexto de privação social e econômica. Dessa forma, na próxima seção será abordada a deficiência educacional e o seu impacto na pobreza como mais um indicador social que influencia na determinação do fenômeno no Brasil (FERRO; LOPES; PONTILLI,2013).

3.2 Déficit educacional e seu impacto na pobreza

Estudos recentes têm evidenciando que a pobreza, a desigualdade social e a deficiência no acesso a serviços básicos podem ser um dos indicativos dos países que enfrentam essa realidade, provocando grandes dificuldadespara sair do círculo vicioso do subdesenvolvimento (SCHWARTZMAN, 2005).

De acordo com Motta (2000) o nível de privação social e econômica de uma determinada sociedade pode muitas vezes ser medido através do nível educacional que essa população possui.Fernandes (2014) alega para a necessidade da educação[16]ser acompanhada desde sua base – infância -, pois as crianças precisam de cuidados e educação para se desenvolver plenamente.

> A educação infantil de qualidade é o remédio mais eficaz para o combate à desigualdade: viabilizar alfabetização na idade certa e maior cobertura nas creches e pré-escolas é o primeiro passo para quebrar o círculo de reprodução da desigualdade social. A garantia de acesso à educação infantil para as crianças em situação de pobreza e extrema pobreza é uma ação estratégica de combate à desigualdade em sua origem (*ibidem*, 2014, p. 3).

[16]A educação é um processo de socialização em que o indivíduo adquire e assimila vários tipos de conhecimentos. Trata-se de um processo de consciencialização cultural e comportamental, que se materializa numa série de habilidades e valores.

Nesse sentido, a Tabela 3.3 procura demonstrar o percentual de pessoas alfabetizadas e não alfabetizadas no ano de 2006 no Brasil e regiões.

Tabela 3.3 – Brasil e regiões alfabetização(%) – 2006

Alfabetização	Brasil	Norte	Nordeste	Sul	Sudeste	Centro-oeste
Alfabetizada	87,58	85,11	77,92	92,38	92,18	90,38
Não alfabetizada	12,42	14,89	22,08	7,62	7,82	9,62

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)
Elaboração própria

A Tabela 3.3 registra que no Brasil o percentual de pessoas alfabetizadas no ano de 2006 supera em 75,16% os que não possuem alfabetização. No que se refereàs unidades federativas do Brasil, a região que apresenta a maior taxa de alfabetização é o Sul com 92,38%, já a região que apresenta a menor taxa de alfabetização é identificada na região Nordeste, com aproximadamente 77,92%. Os dados evidenciam claramente a existência uma real desigualdade educacional regional. Fato este, que implica diretamente na desigualdade regional econseguinte, no desenvolvimento do país, favorecendo para estratificar uma perversa desigualdade social inter-regional.

Esse fato pode ser um indicativo, segundo Ibarra (2008), quando se passa analisar a evasão escolar, pois muitas crianças e jovens, principalmente das classes menos favorecidas tendema priorizar o trabalho em relação à escola, resultando não somente em abandono, mas em defasagem escolar.

No Brasil, os problemas de evasão escolar são bem discutidos e os motivos vão desde a ausência de escolas, bem como infraestruturas precárias pelas já existentes a pouca valorização dos professores. Os entraves para uma boa qualidade educacional a serviço da população é dito como um problema estrutural (SCHWARTZMAN, 2005).

> Existem índices que também revelam essa realidade, tais como: as elevadas taxas de reprovação e repetência e a má qualidade da educação, que afetam, sobretudo, as populações de mais baixa renda, por serem mais vulneráveis a essa situação (FERNANDES, 2014, p.14).

Diante dessa problemática, Almeida*et al.* (2011), alegam que o baixo nível educacional no início do seu processo intelectual, tende a gerar gerações adultas com pouca

qualificação e automaticamente com poucas oportunidades no mercado de trabalho, fato que retroalimenta o círculo da pobreza entre gerações.

Segundo Schwartzman (2005), o desnível educacional precisa ocupar uma posição de destaque nas ações de políticas públicas, pois muitos estudos corroboram que o baixo nível intelectual possuído é altamente correlacionado com a desigualdade, tanto econômica como social de parcela da sociedade. Diante desse contexto, Fernandes (2014,p.3) conclui que "o caminho para a superação da pobreza e da extrema pobreza passa, certamente, pela educação e a educação passa, certamente, pelo desenvolvimento social".

ATabela 3.4 vem demonstrar o percentual de pessoas que frequentavam a escola de acordo com o grau de escolaridade no período de 2003 a 2006 no Brasil.

Tabela 3.4 – Brasil –Pessoas que Frequentavam a Escola (%) – 2003 a 2006.

Grau que frequentavam	2003	2004	2005	2006
Fundamental	59,92	59,59	59,38	58,81
Médio	17,73	17,55	17,27	16,90
Outros	22,23	22,86	23,35	24,29

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)
Elaboração própria

Diante da Tabela 3.4 é observado que no Brasil no período de 2003 a 2006 do total de pessoas matriculadas no ensino fundamental, médio e outros, a média de frequência nas três modalidades eram de 59,42%, 17,36% e 23,18%, respectivamente. É verificado que ao longo desses quatro anos houve aumento de 3,64%de pessoas matriculadas e redução no percentual de frequência no ensino fundamental e médio, o que demonstra a necessidade de monitoramento e políticas que venha reduzir a evasão escolar nesse período de estudo.

Segundo Ferro, Lopes e Pontilli (2013) a educação que assegura a superação definitiva da situação de pobreza, pois ela abre um caminho de oportunidades para toda uma geração. Diante do exposto, verifica-se a importância de discussões e acompanhamento políticos educacionais colocados em prática pelos agentes públicos é que se poderia chegar a um resultado de qualidade e estruturante para gerações futuras (IBARRA, 2008).

A importância escolar está no fato que possibilitará qualidade de vida melhor para quem se encontra em situação de pobreza e extrema pobreza, entendendo que somente o indicador da educação não determina a pobreza, sendo necessários outros fatores

conjuntamente para determiná-la. Na próxima seção será abordado sobre a relação entre pobreza e a inclusão social via mercado de trabalho como mais um indicador social para o Brasil (ALMEIDA*et al.*, 2011).

3.3 A pobreza e a inclusão via mercado de trabalho

Conforme Barros, Carvalho e Franco (2006) a oportunidade de inclusão via mercado de trabalho, tende representar para o indivíduo a sua liberdade de escolhas e ações.

> O mercado de trabalho é o instrumento mais importante para a saída da condição de pobreza ou de indigência, ou seja, de inclusão social. Por pobreza, entende-se a insuficiência de renda (familiar ou domiciliar) para atingir os requisitos mínimos de alimentação, moradia, vestuário, entre outros (IGNACY SACHS,2006*apud* IBARRA, 2008, p.3).

Para Hoffmann eKageyaman(2008),a renda resultante do trabalho laboral tende a levar o indivíduo a ter acesso a uma quantidade maior de bens materiais e, por conseguinte ter seubem-estar econômico elevado.

No entanto, Rocha (2003) faz uma ressalva para a existência de um grande número de pessoas, que nos dias atuais vivem numa realidade de alta vulnerabilidade social, onde o desemprego se mostra como um fator preponderante para essa frágil realidade.

Como exemplo da alta vulnerabilidade social é verificado a entrada de jovens cada vez mais cedo no mercado trabalho, que muitas vezes acontece de forma desorganizada,pois não há uma associação da escola como pré-requisito para o mercado de trabalho, e como consequência ocorre um aumento no número de pessoas desocupadas(COUTO, 2004).Nesse sentido, a Tabela 3.5, registra o percentual de pessoas ocupada no Brasil entre os anos de 2003-2006.

Tabela 3.5– Brasil: Pessoas Ocupadas por Grupo de Idade (%) – 2003-2006

Grupos de idade	2003	2004	2005	2006
10 a 14 anos	0,65	0,28	0,29	0,28
15 a 17 anos	1,98	1,99	1,82	1,78
18 a 24 anos	16,91	16,78	16,52	15,93
25 a 49 anos	63,59	63,26	62,96	62,75
50 anos ou mais	16,87	17,70	18,42	19,26

Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego (PME) - IBGE
Elaboração própria

De acordo com a Tabela 3.5, é observada que a faixa etária de 25 a 49 anos apresenta a maior proporção de pessoas em atividade. Ao comparar o percentual de ocupação nos anos de 2003 e 2006 é observado que para as crianças de 10 a 14 anos o percentual apresentou queda passando de 0,65% para 0,28%,assim como para os jovens de 15 a 17 anos passando de 1,98% para 1,78% e também para os de 18 a 24 anos passando de 16,91% para 15,93% , ainda na perspectiva de queda a faixa de 25 a 49 anos passou de 63,59% para 62,75%, ao contrário de todas as faixas aqui apresentadas os de 50 anos ou mais alavancou o percentual passando de 16,78% para 19,26%.

O universo de pessoas desocupadas também passa ser um indicativo que tende a gerar preocupação pelos agentes público e também pela sociedade, pois tal fato sinaliza que essa sociedade está enfrentando problemas tanto de cunho social, como econômico, conforme Tabela 3.6.

Tabela 3.6– Brasil: Pessoas desocupadas por grupo de idade (%) – 2003-2006

Grupos de idade	2003	2004	2005	2006
10 a 14 anos	0,86	0,58	0,60	0,38
15 a 17 anos	9,98	8,46	7,18	7,03
18 a 24 anos	36,21	38,30	38,87	39,99
25 a 49 anos	46,54	46,80	47,42	46,32
50 anos ou mais	6,40	5,86	5,92	6,28

Fonte:Pesquisa Mensal de Emprego (PME) - IBGE
Elaboração própria

Diante da Tabela 3.6 é verificado que no Brasil o maior percentual de pessoas desocupadas tem entre 25 e 49 anos. Comparando os anos 2003 e 2006 é visto que as crianças de 10 a 14 anos demonstraram queda de desocupação passando de 0,86%para 0,38%,assim como a faixa de 15 a 17 anos que passou de 9,98% para 7,03%, diferentemente dos jovens de 18 a 24 anos que apresentou aumento no percentual passando de 36,21% para 39,99%. Já as pessoas que ocupavam a faixa de 25 a 49 anos e de 50 anos ou mais registra redução de aproximadamente 1,03% e 1,88%, respectivamente.

Na visão de Bento (2010) quanto maior for o período de desemprego mais propenso o individuo estará à situação de pobreza ou exclusão social. Para o autor, o mercado de trabalho como passa por modificações no decorrer do tempo tende a gerar exigências que muitas vezes ocasiona falta de oportunidade e aumento da informalidade.

Diante dessa perspectiva (Ibarra, 2008), levanta a questão da informalidade do mercado de trabalho, principalmente a partir dos nos 90. Período em que o mercado de trabalho mundial passa por grandes transformações, entre elas: processo de informatização, reestruturação produtiva, fenômenos de terceirização; etc.

> Os fenômenos da informalidade acarretaram elevação das taxas de desemprego. Os institutos de pesquisas têm apontado para um elevado índice de desemprego entre os jovens, impactado pela baixa escolaridade que contrasta com a demanda das empresas por profissionais com experiência. (*ibidem*, 2008, p.2).

A Tabela 3.7 expõe o percentual de pessoas que em 2006 trabalhavam tanto no aspecto formal quanto informal, como forma de demostrar o cenário do mercado de trabalho para várias faixas etárias no Brasil

Tabela 3.7– Brasil: Categoria de Emprego por Grupo de Idade em Dezembro -2006(%)

Grupos de idade	Com carteira de trabalho assinada	Sem carteira de trabalho assinada
10 a 14 anos	0,007	1,88
15 a 17 anos	1,23	8,12
18 a 19 anos	4,00	8,43
20 a 24 anos	17,63	19,69
25 a 29 anos	18,95	14,60
30 a 39 anos	28,45	21,05
40 a 49 anos	19,63	14,14
50 a 59 anos	8,50	8,60
60 anos ou mais	1,57	3,46

Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego (PME) - IBGE
Elaboração própria

Diante dos dados expostos acoma, é observado que o maior percentual de pessoas sob o regime formal do trabalho estava entre 30 e 39 anos com 28,45% e o menor percentual estava entre 10 e 14 anos com 0,007%. Já sob a ótica da informalidade o maior percentual de pessoas que trabalhavam sem carteira de trabalho assinada tinha entre 30 e 39 anos com 21,05% e o menor percentual tinha de 60 anos ou mais com 3,46%. O que demonstra a grande participação dos mais jovens no mercado de trabalho informal.

Os dados obtidos refletem a visão de Couto (2004), onde corrobora que o desemprego entre os jovens é superior a dos adultos e que há existência na preferência dos empregadores em empregar pessoas maduras no mercado de trabalho.

Verificar isoladamente o mercado de trabalho para mensurar se há indícios de pobreza não é uma alternativa viável, é preciso verificar também as condições de moradia da população para mensurar o estado de privação que os indivíduos sofrem. Sendo assim, na seção a seguir será abordada a pobreza vista pela precariedade nas condições de moradia.

3.4 Pobreza vista pela precariedade nas condições de moradia

A presença de baixos níveis de renda pressupõe a exclusão dos indivíduos ao acesso a bens e serviços básicos essenciais para garantia das mínimas condições de vida (BARBOSA; RIBEIRO, 2006).

As privações que são manifestadas por meio do baixo rendimento, segundo Codes(2008), encontram-se no centro do problema da pobreza e resulta em aspectos como habitação de má qualidade onde falta saneamento básico, encanação e ocorre a facilidade de exposição a doenças.

As condições básicas de acesso à segurança alimentar, educação, mercado de trabalho e habitação ainda estão longe de beneficiar a população brasileira como um todo por causa da desigualdade existente e preponderante (HOFFMANN; KAGEYAMAN, 2008).

> A habitação é uma necessidade básica do ser humano. "Todas as pessoas necessitam de uma habitação que lhes assegure um isolamento do meio natural, protegendo do frio, do vento, da chuva, bem como um isolamento do meio social, oferecendo privacidade e comodidade". "A moradia é um dos principais determinantes da qualidade de vida da população de um país" (PARES, 2005, p.70).

Para Barbosa e Ribeiro (2006), a desigualdade social e econômica pode ser traduzida através de uma realidade vivenciada pormeio de precárias condições de habitação.

> Condições de vida é um conceito eminentemente subjetivo, uma vez que, na sua concepção estão aspectos relacionados com o atendimento de necessidades vitais básicos tais como: moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte, dentre outras. O atendimento destas necessidades garante aos indivíduos melhores condições de vida e bem-estar (*ibidem*, 2006, p.2).

De acordo com Rodrigues (2006) a renda como já foi falado por outros autores, é uma variável que pode representar a pobreza, mas não é suficiente para determinar se uma população é pobre ou não, porquea pobreza pode ser representada pelas condições de moradia que o indivíduo está exposto, (se há calçamento na rua, saneamento básico, água encanada) porque se o indivíduo tem uma alta renda, mashabita em condições precárias, então este indivíduo é considerado pobre.

O Brasil apresenta uma quantidade enorme de estatística que relata o número de pessoas em condições de pobreza em situação de extremaprecariedade habitacional. (MOTTA, 2000).

Sob a ótica da desigualdade existente, será possível verificar na Tabela 3.8 o percentual de municípios do Brasil e de suas regiões que não possuíam rede geral de abastecimento de água no ano 2008.

Tabela 3.8– Brasil e Regiões sem Rede Geral de Abastecimento de Água – 2008(%)

Brasil e Grande Região	Total de municípios sem rede geral de abastecimento de água	Chafariz, Bica ou mina	Poço particular	Carro-pipa	Cisterna	Outra
Brasil	0,59	0,05	0,23	0,25	0,04	0,04
Norte	1,56	-	1,56	-	-	-
Nordeste	1,17	0,17	0,17	0,78	0,06	-
Sudeste	-	-	-	-	-	-
Sul	0,25	-	0,17	-	-	0,17
Centro-oeste	0,43	-	0,21	-	0,21	-

Fonte: Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB) - IBGE
Elaboração própria

A Tabela 3.8 demonstra que no Brasil em 2008, 0,59% dos municípios não possuíam rede geral de abastecimento de água e alternativas foram utilizadas para suprir a demanda.

Sob a perspectiva das unidades federativas do Brasil é verificado o percentual de municípios que apresentavam déficit no abastecimento de água, como no Norte do país com 1,56%, no Nordeste com 1,17%, no Sul com 0,25% e no Centro-Oeste com 0,43%. O Sudeste foi à única região que não apresentou deficiência no abastecimento de água, confirmando a existência de disparidade entre as regiões do Brasil.

Santos (2007) afirma que ser privado dos serviços essenciais como, por exemplo, a água é uma forma de exclusão social, portanto, uma importante dimensão da pobreza humana.

Tabela 3.9 – Brasil e Regiões sem Rede Coletora de Esgoto – 2008(%)

Brasil e Grande Região	Total de municípios sem rede coletora de esgoto	Fossas sépticas e sumidouros	Fossas rudimentares	Fossas secas	Valas a céu aberto	Lançamento em corpos d'água	Outra
Brasil	44,84	27,19	17,02	1,06	0,52	0,61	0,50
Norte	86,64	42,32	41,20	4,68	2,45	1,56	0,45
Nordeste	54,32	39,82	12,77	1,62	0,61	0,89	0,95
Sudeste	4,92	1,20	3,36	0,36	-	-	0,12
Sul	60,27	44,11	18,35	0,17	0,42	0,17	0,34
Centro-oeste	71,67	13,95	55,58	0,21	0,43	1,93	0,64

Fonte: Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB) - IBGE
Elaboração própria

Diante da Tabela 3.9, é possível verificar que no Brasil para o ano de 2008 do total de municípios existente 44,84% não possuía rede coletora de esgoto, a forma mais utilizada para sanar essa necessidade era fossa séptica que realizava a coleta de 27,19% dos municípios. O Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste tinham respectivamente 86,64%, 54,32%, 4,92%, 60,27% e 71,67% dos municípios sem rede coletora de esgoto, destacando as regiões norte e sudeste como as mais antagônicas, mais uma vez confirmando as desigualdades inter-regionais.

A importância da ocorrência do abastecimento de água, da rede coletora de esgoto provoca aumento das possibilidades de uma vida saudável para a população, pois o acesso a essas necessidades essenciais promove a saúde pública eliminando a chance de contágios por diversas doenças e reduzindo os índices de mortalidade no Brasil (GOUVEIA, 1999).

Conforme Rodrigues (2006) a existência de precariedade e a falta dos serviços básicos são mais inerentes em lugares carentes como em favelas, nos loteamentos clandestinos e nos conjuntos habitacionais.

No caso dos moradores de favelas, a exclusão é decorrente do local da moradia desses indivíduos, de modo que a favela afigura-se um fator "empobrecedor" da vida humana (SANTOS, 2007).

Segundo Gouveia (1999) o crescimento urbano desorganizado não tem sido acompanhado de investimentos adequados em infraestrutura habitacional. Por esse motivo muitas pessoas têm vivido condições de pobreza, sem cobertura de serviços básicos essenciais como água, esgoto e coleta de lixo.

Segundo Pares (2005) é de grande importância o destaque dos serviços de saneamento[17] básico como um dos determinantes da qualidade da moradia. O ideal é que todas as pessoas tenham acesso a domicílios com água canalizada, em quantidade e qualidade apropriadas ao consumo e à higiene, com serviços de coleta de lixo, e de rede coletora de esgoto.

> A coleta, a disposição final e o tratamento adequado dos resíduos sólidos continuam sendo um dos mais importantes problemas ambientais de qualquer centro urbano na atualidade uma parcela considerável do lixo produzido não é nem sequer coletado, sendo disposto de maneira irregular nas ruas, em rios, córregos e terrenos vazios. Isto pode acarretar problemas como o assoreamento de rios, o entupimento de bueiros com consequente aumento de enchentes nas épocas de chuva, além da destruição de áreas verdes, mau-cheiro, proliferação de moscas, baratas e ratos, todos com graves consequências diretas ou indiretas para a saúde (GOUVEIA, 1999, p.55).

A existência de saneamento básico, segundo Hoffmann (1995), registra que as melhorias nas condições de moradia reduz a exclusão social e favorece os indivíduos que se encontram em situação de pobreza e extrema pobreza.

> As políticas públicas de combate à pobreza urbana devem ser mais eficazes ao incorporarem ações voltadas para a melhoria das condições de moradia dos pobres na cidade. A questão da moradia é crucial, à medida que as desvantagens dos mais pobres apenas podem ser superadas com maior acesso aos recursos como educação, saúde e segurança que, em grande medida, dependem de condições adequadas de habitação e provisão de serviços urbanos básicos (RODRIGUES, 2006, p.19).

Diante do exposto, entende-se que a pobreza por ser um fenômeno complexo também pode ser estudada pela ótica da precariedade nas condições de moradia e que existe uma

[17]Saneamento é o controle de todos os fatores do meio físico do homem, que exercem ou podem exercer efeitos nocivos sobre o bem estar físico, mental e social.

controvérsia nesse estudo quando é verificado que o acesso as melhores condições de moradia como (calçamento, água encanada, rede coletora de esgoto) reduzem a probabilidade do individuo ser considerado pobre.

Os atuais debates sobre o tema pobreza enfatizam a ideia de que não se trata de um problema que deve ser visto apenas pela ótica unidimensional como já foi visto, mas que se trata de um fenômeno que aborda uma grande complexidade no qual é preciso aprofundar-se para entender a sua forma perversa.

Diante da multidimensionalidade que esse tema aporta, nesse capítulo alguns fatores como (a insuficiência alimentar, a educação, o mercado de trabalho e as condições de moradia) foram apresentados e alguns dados expostos para tentar demonstrar o porquê da importância em se estudar pobreza sob essa ótica.

4. AS CARACTERÍSTICAS DA POBREZA MULTIDIMENSIONAL NO BRASIL

O capítulo apresentará uma caracterização socioeconômica dos chefes de domicílios, que segundo dados oficiais são considerados pobres, ou seja, estão inseridos em domicílios cuja renda domiciliar per capita de R$123,00 em 2009 e R$154,00 em 2013 de acordo com as linhas de pobreza utilizada pelo governo junto ao Programa Bolsa Família (PBF). Para tanto, este estudo discorrerá de uma análise exploratória, utilizando os microdados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios de 2009 e 2013 (PNAD\IBGE). Serão contrastados aspectos de caracterização dos chefes de famílias como idade média, cor e raça, além de caracterização das condições do domicilio e aspectos de condições de trabalho. Para tanto, este capítulo discorrerá de uma explanação inicial dos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) e do Índice de Gini para o Brasil, a fim de justificar a importância em se analisar o fenômeno da pobreza sob a ótica das suas características multidimensionais, e não somente através da renda.

4.1 Desenvolvimento Humano e Concentração de Renda no Brasil

O desenvolvimento humano abrange aspectos que impactam nas condições da vida das pessoas. Nesse aspecto, o desenvolvimento humano precisa ser analisado sob a ótica das capacidades e oportunidades, considerando as dimensões referentes a uma vida longa e saudável, acesso ao conhecimento e um padrão decente de vida (OLIVEIRA, 2012).Diante dessa perspectiva, a Tabela 4.1 vem demonstrar o desempenho do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)[18] entre os anos de 1980 a 2011 – dados disponibilizados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) .

Tabela 4.1– Brasil: Série histórica do IDH (1980 a 2010)

Índice de desenvolvimento humano (IDH)	1980	1990	2000	2010
Brasil	0,549	0,600	0,665	0,715

Fonte: PNUD: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil.
Elaboração própria
Nota: Considera-se: IDH de 0,000 a 0,500 – baixo desenvolvimento, IDH de 0,501 a 0,799 – médio desenvolvimento, IDH de 0,800 a 1,000 – alto desenvolvimento.

[18]Na elaboração do IDH segundo a PNUD, são consideradas sob a ótica de três dimensões: expectativa de vida ao nascer (dimensão saúde), dimensão educação e PIB per capita (dimensão renda e que tem como objetivo indicar o padrão de vida) recolhidos a nível nacional.

Diante dos dados expostos na Tabela 4.1, fica evidenciado uma considerável melhoria nas condições de vida das pessoas no Brasil, ou seja, apresentando uma trajetória ascendente desde os anos de 1980, onde constata uma evolução de aproximadamente 30% nas últimas quatro décadas. Diante da ascensão que o país apresenta em relação ao IDH também é necessário visualizar se as questões relacionadas à desigualdade social através do Índice de Gini – concentração de renda[19] -, também têm apresentado melhorias, já que é um conjunto de fatores que informa se o país tem apresentado progresso ou não. Dessa forma, a próxima seção fará uso da discussão sobre desigualdade social e mostrará dados sobre a concentração de renda no Brasil.

4.2 Desigualdade de Renda sob a ótica do Índice de Gini para o Brasil

O processo de crescimento econômico no Brasil se deu por meio de um processo acelerado e desorganizado da industrialização. Nesse período a urbanização foi intensificada no país ao mesmo tempo em que acontecia o bloqueio fundiário que inviabilizava o trabalho no campo para milhões de brasileiros e consequentemente aumentava a concentração de renda por parte dos capitalistas (GOUVEIA, 1999).A concentração de renda é um problema de desigualdade social, pois ser vítima da má distribuição de renda é um entrave e não dispor de recursos para realizar as demandas sociais é um problema ainda maior enfrentado até os dias atuais (CODES, 2008).

Nesse sentido a Tabela 4.2 apresenta a série histórica do Índice de Gini para o Brasil no período de 1990 a 2013.

[19] Utiliza como abordagem a concentração de renda e, segundo sua metodologia varia de 0 a 1, e quando mais próxima de 1, mais concentrado é a renda no país.

Tabela 4.2 – Brasil: Desigualdade de Renda sob a Ótica do Coeficiente de Gini (1990-2013)

Anos	Gini	Anos	Gini
1990	0,61	**2003**	0,58
1992	0,58	**2004**	0,57
1993	0,60	**2005**	0,57
1995	0,60	**2006**	0,56
1996	0,60	**2007**	0,55
1997	0,60	**2008**	0,54
1998	0,60	**2009**	0,54
1999	0,59	**2011**	0,53
2001	0,59	**2012**	0,53
2002	0,59	**2013**	0,52

Fonte: Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS)
Elaboração própria

Diante dos dados expostos na Tabela 4.2, nota-se que o Brasil tem apresentado um histórico persistente de desigualdade de renda, embora apresentando suave trajetória decrescente. A média do período analisado é de 0,57 e ao comparar os anos de 1990 que apresentava 0,61 e 2013 com 0,52 é observada uma redução de apenas 14,75% da concentração de renda existente no país. É observado que mesmo com a intensificação de políticas públicas de distribuição direta de renda, o cenário no que tange a concentração de renda tem se mostrado nuances muito tímidas no que se refere à concentração de renda. Sob essa perspectiva, é necessário comparar o atendimento das famílias que vivem com essa distribuição desigual de renda com as que não possuem restrição e abordar os diversos fatores que possibilitam a construção de melhores condições de vida. Dessa forma, na seção a seguir serão analisados dados que identificarão as características dos chefes de domicílios que são denominados de pobres, com o objetivo de identificar a realidade de privação não somente monetária, mas também sob a ótica das suas condições de vida, ou seja, sob as características multidimensionais da pobreza em que ele vivencia.

4.3 Análise dos dados da pobreza multidimensional

Essa seção abordará as características tanto dos chefes de domicílios, como: sexo, idade, nível educacional, características do trabalho, bem como das condições de moradia dos

domicílios entre os anos de 2009[20] e 2013, utilizando os microdados dasPNADs. A análise utilizará a linha de pobreza do governo de 2009 (R$123) e de 2013 (R$154) que limitará o orçamento para identificação da população pobre.

Nessa perspectiva, a Tabela 4.3 vem demonstrar às características dos chefes de domicílios pobres.

Tabela 4.3 - Brasil: Características dos chefes de domicílios pobres em 2009 e 2013

Brasil	**Pobre 2009**	**Pobre 2013**
Idade (média)	41	42
Sexo (%)		
Feminino	43,24	49,27
Masculino	56,76	50,73
Raça (%)		
Branca	32,61	32,55
Preta	11,09	12,06
Amarela	0,45	0,40
Parda	55,27	54,04
Indígena	0,36	0,92
Sem declaração	0,23	0,03

Fonte: Elaboração Própria com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD/IBGE)

Diante dos dados exposto na Tabela 4.3, é possível identificar que os chefes de domicílios denominados de pobres apresentam idade média acima de 40 anos. E em relação ao gênero, a maioria também é do sexo masculino, no entanto um dado chamou a atenção, o percentual de mulheres chefes de domicílios pobres aumentou aproximadamente 14% entre o período analisado, e os do sexo masculino denominados nesse estrato social reduziram em torno de 11%. Em relação à cor e raça, observa-se que entre o ano 2009 e 2013 os domicílios chefiados por em sua maioria eram pardos e negros.

Diante da importância de primeiramente analisar as características dos chefes de famílias no Brasil, também se verifica a necessidade de estudar se nesses domicílios existe alguma situação de privação alimentar e as principais faixas etárias que sofrem com esse problema. Dessa forma, a Tabela 4.4 expõe dados que aporta a situação de segurança alimentar nos domicílios pobres e não pobres no ano de 2009.

[20] O ano de 2009, foi importante incluir nessa análise, porque a PNAD fez uso da pesquisa suplementar sobre Segurança Alimentar.

Tabela 4.4– Brasil: Características do chefe do domicilio em relação à situação de segurança alimentar dos pobres e não pobres[1] em 2009.

Brasil	**Pobre 2009**	**Não pobre 2009**
Situação de segurança alimentar (%)		
Tem morador menor de 18 anos e tem segurança alimentar	17,94	33,69
Tem morador menor de 18 anos e insegurança alimentar leve	15,90	13,33
Tem morador menor de 18 anos e insegurança alimentar moderada	9,57	4,50
Tem morador menor de 18 anos e insegurança alimentar grave	11,16	3,36
Não tem morador menor de 18 anos e tem segurança alimentar	20,90	34,56
Não tem morador menor de 18 anos e insegurança alimentar leve	7,72	5,95
Não tem morador menor de 18 anos e insegurança alimentar moderada	6,42	2,53
Não tem morador menor de 18 anos e insegurança alimentar grave	10,38	2,08

Fonte: Elaboração Própria com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD/IBGE)
[1]Nota: os não pobres, são chefes de domicílios que não sofreram corte na renda.

De acordo com a Tabela 4.4 em 2009, se verifica que no Brasil 17,94% dos domicílios pobres que possuíam menores de 18 anos apresentavam alimentação adequada, enquanto nos domicílios que não tinham privação esse percentual era de 33,69%. Quando analisado a situação de insegurança alimentar grave, para os menores de 18 anos é visto que 11,16% eram pobres, enquanto 3,36% não eram.

Sob a ótica de segurança alimentar, percebeu-se que os maiores de 18 anos considerados não pobres representavam 34,56%enquantoos queestavam condicionado a situação de pobreza representavam 20,90%, para essa mesma faixa etária ao analisar a situação de insegurança alimentar grave foi visto que os pobres representavam 10,38 %, enquanto 2,08% eram representados pelos domicílios que não possuíam restrição na renda. Diante desses dados, observa-se que no Brasil mesmo com a inserção de políticas de combate a fome ainda existe uma parcela significante da sociedade composta por crianças, adolescentes e jovens que ainda passam fome.

O que chama a atenção nos dados expostos na Tabela 4.4, é a constatação que 31,75% aproximadamente de domicílios que não são computados como “pobres” segundo políticas

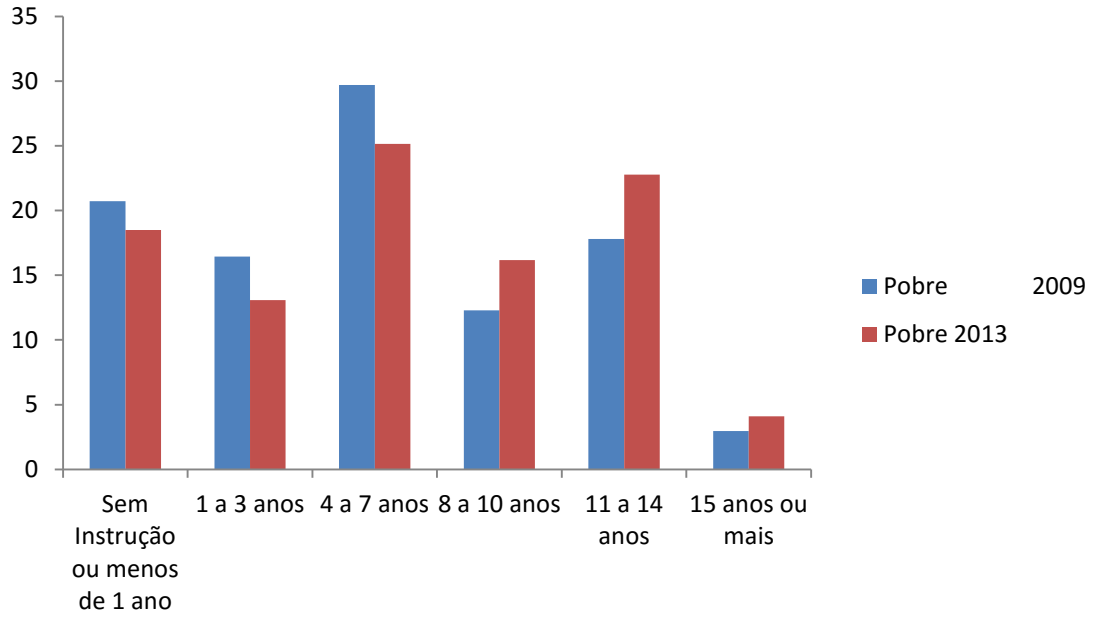
públicas oficiais do governo brasileiro, sofre algum tipo de insegurança alimentar, ou seja, tal fato sinaliza que essas ações não estão sendo eficientes no que se refere a identificar o público alvo.

Para Corrêa (2013) esse quadro se torna preocupante, pois na literatura e em outras áreas, é mencionado o forte impacto que a deficiência alimentar tente a provocar na vida das pessoas, principalmente das crianças em idade de desenvolvimento intelectual. Tal fato acarreta a essas crianças tanto o atraso no ingresso escolar, bem como o desenvolvimento intelectual ao longo de suas vidas.

Nesse sentido, não se pode deixar de citar Amartya Sen (2011), em que defende que os mais pobres entre os pobres, são aqueles privados de capacidades, ou seja, ele não consegue diante de sua realidade tomar suas próprias decisões confrontadas com outros indivíduos da sociedade. E segundo o autor, a capacidade está diretamente relacionada com o sentimento de liberdade, e a educação é um dos caminhos por essa busca de forma concreta.

Nesse sentido o Gráfico 1, vem ilustrar as características educacionais dos domicílios pobres.

Gráfico 4.1 - Brasil: Características do nível educacional dos chefes do domicílio pobre em 2009 e 2013



Fonte: Elaboração Própria com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD/IBGE)

Ao analisar as condições educacionais no Brasil através do Gráfico 1, constata-se um fator importante entre os chefes de domicílios pobres, apresentaram uma trajetória

decrescente em relação a 2009 e 2013 no quesito sem instrução ou menos de 01 ano de estudo, ou de 01 a 03 anos de estudos – os analfabetos funcionais -. Ou seja, na classe dos denominados pobres, não possuem instrução apresentou uma redução da ordem de 10,70%. No lado diametralmente oposto, é possível verificar um aumento de pessoas com mais de 15 anos de estudos nessa parcela da população, o que pode sinalizar que a política de incentivo ao ensino superior (FIES, PROUNI, PRONATEC etc.) programa educacional do governo federal, sinaliza estar conseguindo colher bons resultados.

Diante dessa perspectiva, é possível verificar que a educação tem uma estrita ligação com as oportunidades no mercado de trabalho, pois é visto que quanto maior o tempo dedicado aos estudos maior é a probabilidade de se inserir no mercado de trabalho. Dessa forma, a Tabela 4.5 demonstrará a relação dos chefes de domicílios pobres com o mercado de trabalho.

Tabela 4.5– Brasil: chefes de domicílio pobre e as atividades exercidas entre 2009 e 2013

Brasil	**Pobre 2009**	**Pobre 2013**
Horas trabalhadas (média)	32	32
Renda média	36,65	35,49
Condição de atividade (%)		
Economicamente ativas	60,03	43,57
Não economicamente ativas	39,97	56,43
Atividade (%)		
Agrícola	70,39	73,14
Outras atividades industriais	0,11	-
Indústria de transformação	2,91	3,89
Construção	4,02	4,39
Comércio e reparação	7,49	5,07
Alojamento e alimentação	1,34	3,04
Transporte, armazenagem e comunicação.	0,89	0,68
Administração pública	-	-
Educação, Saúde e Serviços e pessoais.	0,78	0,51
Serviços domésticos	8,27	6,93
Outros Serviços coletivos, sociais e pessoais.	2,01	2,03
Outras atividades	0,78	0,34
Atividades mal definidas	1,01	-

Fonte: Elaboração Própria com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD/IBGE)

De acordo com a Tabela 4.5a média de horas trabalhadas pelos chefes de família pobres nos anos 2009 e 2013 era de 32 horas. A população economicamente ativa[21] entre o período de 2009 e 2013, a população alvo de políticas públicas do governo federal, apresentou uma redução de aproximadamente 28%, enquanto a população não economicamente ativa aumentou em 41,18%.

No primeiro caso, os programas de transferência direta de renda, por exemplo, Bolsa Família pode estar contribuindo para esse cenário. Brito eKerstenetzky (2011), ao estudarem os beneficiários da Bolsa Família e Mercado de Trabalho, utilizando a PNAD, concluíram discrepâncias nas declarações quando confrontadas com o Cadastro Único que é utilizado para cadastrar os beneficiários no Programa Bolsa Família, sinalizando uma possível omissão na declaração das pessoas que não possuem registro na carteira de trabalho, que se declaram "não trabalhar" mesmo auferindo renda por meio do trabalho informal, para serem classificados como pobres.

O que sinaliza a necessidade por parte do governo, de uma fiscalização maiordesses beneficiários. Outro alerta, é que para serem inseridos na classificação de "pobres" e serem aptos a receber o benefício do programa, muitos trabalhadores às vezes preferem não serem registrados (essa realidade às vezes é muito comum em empregos domésticos), conforme pode ser constatado na Tabela 4.6. Ou na sua maioria, trabalha por conta própria, a margem da informalidade.

[21]População que está inserida no mercado de trabalho ou em busca.

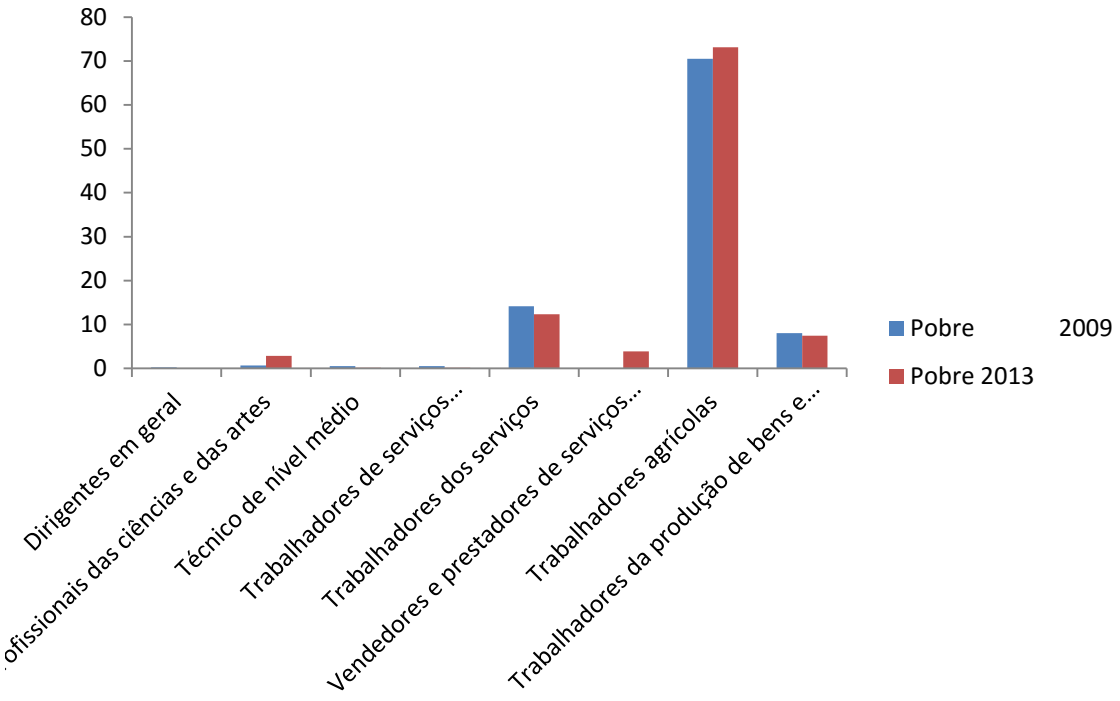
Tabela 4.6 – Brasil: chefes de domicílio pobre e a posição de ocupação exercida entre 2009 e 2013

Brasil	**Pobre 2009**	**Pobre 2013**
Posição na ocupação (%)		
Empregado com carteira de trabalho assinada	0,11	-
Outro empregado sem carteira de trabalho assinada	10,17	7,60
Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada	8,27	6,93
Conta própria	30,50	24,66
Empregador	0,22	0,34
Não remunerado	2,68	3,55
Trabalhador na produção para o próprio consumo	46,82	55,57
Trabalhador na construção para o próprio uso	1,23	1,35

Fonte: Elaboração Própria com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD/IBGE)

Dentre as atividades exercidas pela população alvo - pobres -, em sua maioria estão inseridos na atividade agrícola, em 2009 era de aproximadamente 70,39%%, em 2013 esse percentual passa para 73,14%. Tal fato tende a indicar que o Programa da Agricultura Familiar, pode estar tendo algum impacto nesses números. E em níveis mais elevados, que gerariam rendas melhores, essa população não está inserida.

Gráfico 4.2– Brasil: chefes de domicílio pobre e grupamento de ocupação exercida entre 2009 e 2013



Fonte: Elaboração Própria com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD/IBGE)

Além das condições de inclusão ou exclusão no mercado de trabalho que a pessoas está inserida, existem algumas privações que impactam numa realidade em condições de fragilidade, ou seja, se o funcionamento da capacidade do individuonãoestá sendo atendida por estar vulnerável a doenças que poderiam ser evitadas por meio do acesso a saneamento básico e água tratada, também é de extrema importância tratar desse fator causador (CORRÊA, 2013).

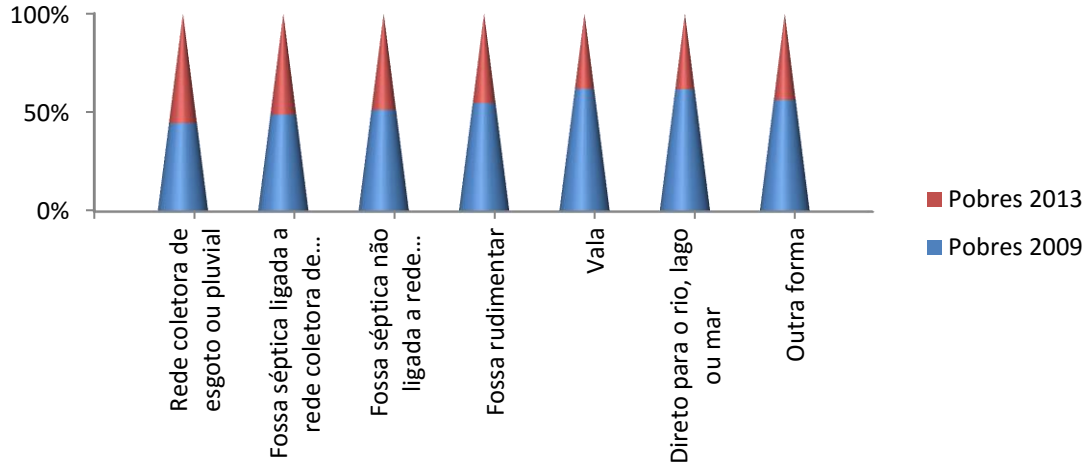
Diante dessa ótica, é importante analisar os dados do Gráfico 3, onde demonstram que em 2009 aproximadamente 57% dos domicílios das pessoas situadas nesse estrato social, não possuía escoamento sanitário ligado à rede coletora de esgoto, os dejetos eram escoados em fossa rudimentar, vala e direto para rio, lago ou mar, etc. E constata-se que no ano de 2013, esse percentual reduziu um pouco, registrou em torno de 52% de domicílios sem acesso a esse serviço básico que toda população tem direito, esses dados são muito relevante para a busca da redução da desigualdade social de uma sociedade em pleno século XXI.

A partir desse contexto, Barreto et al. (2011), menciona que o controle de doenças infecciosas no Brasil, tais como: diarreia, cólera, malária, dengue[22], leptospirose,

[22]A dengue é uma doença transmitida pelo mosquito *Aedes aegypti,* foi introduzida no país nos anos

esquistossomoseetc., são consequências da precariedade nas condições de moradia de parcela da população brasileira.

Gráfico 4.3– Brasil: Forma de Escoadouro do Banheiro ou Sanitário nos Domicílios de Pobres entre 2009 e 2013.



Fonte: Elaboração Própria com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD/IBGE)

Nesse sentido, Tabela 4.7 vem demonstrar completar algumas informações a respeito das condições de moradia dos chefes de domicílios pobres na perspectiva de entender as privações inerentes a essa população.

Tabela 4.7- Brasil: Condições de Moradia do chefe do domicílio pobre entre 2009 e 2013

Brasil	**Pobre 2009**	**Pobre 2013**
Banheiro ou sanitário na propriedade (%)		
Tem banheiro ou sanitário na propriedade	88,47	91,68
Não tem banheiro ou sanitário na propriedade	11,53	8,32
Destino do lixo (%)		
Coletado diretamente	68,57	74,80
Coletado indiretamente	9,25	7,05
Queimado ou enterrado na propriedade	17,35	15,37
Jogado em terreno baldio ou logradouro	4,64	2,40
Jogado em rio, lago ou mar	0,13	0,25
Outro destino	0,07	0,12

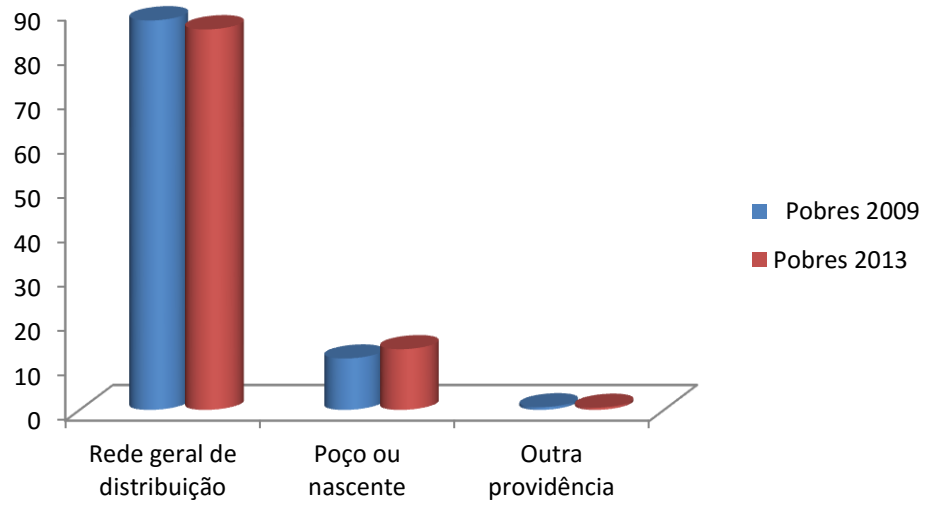
Fonte: Elaboração Própria com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD/IBGE)

de 1980, e seu alastramento no país está muito atrelada às condições ambientais que a população está inserida, bem como a necessidade de mudança de hábito dessas pessoas.

Os dados da Tabela 4.7 identifica que entre o ano de 2009 e 2013, houve uma redução de aproximadamente de 28% de chefes de domicílios pobres sem banheiro ou sanitário na moradia em que estava instalado. Mas, esses dados por mais que demonstram uma tendência decrescente, ainda são números alarmantes. Com relação ao destino do lixo a maioria das residências pobres ainda apresenta uma cultura muito antiga, que é a dar destino para o lixo através de queima ou enterrada na propriedade.

No quesito providência de distribuição de água utilizada no domicilio, é possível ser verificada através do Gráfico 4.

Gráfico 4.4– Brasil: Providência de Distribuição de Água Utilizada no Domicilio entre 2009 e 2013.



Fonte: Elaboração Própria com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD/IBGE)

Observa-se que o acesso à água através da rede geral de distribuição entre os domicílios pobres se mostra elevada, acima dos 80%. No entanto, observa-se que domicílios pobres que utilizam poço ou nascente como rede de distribuição de água para seus domicílios apresentou um pequeno aumento da ordem de 18%.

Diante dessa perspectiva, Holanda *et al.* (2003), concluí que as ações e execuções de políticas públicas no Brasil, necessitam levar em consideração com mais cuidado as carências na qualidade das habitações dessa parcela da população alvo dessas ações. Os autores completam que, quando as ações de políticas públicas só analisam a realidade de privação desse público-alvo somente sob a ótica da renda, essa análise possui um impacto apenas marginal na busca pelo enfrentamento e erradicação da pobreza no país

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que estudar a pobreza via insuficiência de renda, que se dá sob a ótica unidimensional, restringe sua dimensão e se torna um risco, pois nessas análises a complexidade da pobreza é negligenciada e os fatores importantes para o entendimento de sua existência como: processos históricos, políticos, sociais, culturais e econômicos são desconsiderados.

Por esse motivo, é visto nas limitações identificadas a partir da ótica unidimensional a possibilidade do surgimento de novas abordagens, que com o caráter mais complexo como é o caso da multidimensionalidade procura interagir com diversos fatores socioeconômicos. Dessa forma, o estudo aportou os diferentes olhares que mapeiam a pobreza multidimensional segundo algumas características como: a situação de segurança alimentar, educação, mercado de trabalho e condições mínimas de moradia.

Conforme as análises realizadas, em relação às características dos chefes de domicílios, é visto que houve uma evolução entre os anos de 2009 e 2013, da participação das mulheres chefiando suas famílias, embora o percentual representado não tenha superado a prevalência do gênero masculino nos anos analisados.

Em relação à segurança alimentar em 2009,é constatato que aproximadamente 31,75% dos não pobres – aqueles indivíduos que para o governo não se encontra na linha de pobreza - sofriam algum tipo de insegurança alimentar, sendo verificada uma incoerência na focalização das ações de políticas públicas do governo federal.

No fator educacional, é verificado que no período analisado, o índice de analfabetismo apresentou uma trajetória decrescente e que essa redução pode ser explicada pelas políticas sociais atrelada como condicionalidade para que as famílias pobres sejam beneficiárias do PBF.

No mercado de trabalho foi visto uma queda significante da população economicamente ativa, e, por conseguinte aumento da população não economicamente ativa, que pode ter uma estrita ligação com os programas de transferência de renda, em que os beneficiários preferem trabalhar na informalidade, por conta própria e para o próprio consumo, como é visto nos anos 2009 e 2013, respectivamente, para que não haja renda declarada na carteira de trabalho. A agricultura é uma forte atividade praticada no Brasil e de 2009 para 2013 tem crescido aproximadamente 4,00%, esse crescimento deve-se aoPrograma Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) que se destina a estimular a

geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar no campo, por meio do financiamento de atividades rurais.

Em relação às condições de moradia, observa-se uma queda de 2009 para 2013 nos domicílios que não possuíam escoamento sanitário ligado a rede coletora de esgoto, porém o índice ainda é muito preocupante tendo em vista as proliferações de doenças que podem ser ocasionadas. Os domicílios que não possuíam banheiro apresentou uma queda de 28% em 2013 quando comparado com 2009, à coleta direta do lixo de 2009 para 2013 aumentou em 9%, embora existam domicílios que ainda têm o hábito de queimar ou enterrar o lixo.O provimento de água por rede geral apresentou redução, enquanto a utilização de poços ou nascentes como rede de distribuição de água apresentou elevação nos percentuais.

Diante dessas análises, é visto a importância da abordagem multidimensional para o enfrentamento da pobreza no Brasil, entendendo que a pobreza é explicada por uma gama de indicadores que juntos conseguem levantar a realidade da sociedade independente da situação econômica. Dessa forma, é visto o potencial que a análise multidimensional aporta que pode ser explorado em futuros trabalhos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFIAS

ALMEIDA, A. R.; LEONELO, João Carlos; LOPES, Janete Leige ; PONTILI, R. M. . Inserção precoce no mercado de trabalho e sua influência sobre o estado de pobreza da mulher paranaense. In: Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, 9., Natal, 2011.**Anais**... Natal, 2011.

ARCOVERDE, Ana Cristina Brito; SANTOS, Giselli Caetano. 2011. Pobreza Conceitos, mensuração e enfrentamento no Brasil. In: Jornada Internacional de Políticas Públicas, 5., São Luís, 2011. **Anais**... São Luís: UFMA, 2011. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/DESIGUALDADES_SOCIAIS_E_POBREZA/POBREZA_CONCEITOS_MENSURACAO_E_ENFRENTAMENTO_NO_BRASIL.pdf> Acesso em: 12 de abril de 2015.

BANDEIRA, Ellen Suenne Ferreira; LOPES, Ester Borges ; SILVA, Abinoã Cunha. Pobreza no Brasil: aspectos conceituais e o processo de construção histórica. In: Jornada Internacional de Políticas Públicas, 5., São Luís, 2011. **Anais**... São Luís: UFMA, 2011. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/DESIGUALDADES_SOCIAIS_E_POBREZA/POBREZA_NO_BRASIL_ASPECTOS_CONCEITUAIS_E_O_PROCESSO_DE_CONSTRUCAO_HISTORICA.pdf> Acesso em: 10demaio de 2015.

BARBOSA, Lára de Melo; RIBEIRO, Maria Nísia de Oliveira. Avaliação das condições de vida da população do Brasil, Nordeste e Rio Grande do Norte. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 15., Caxambu, 2006. **Anais**... Caxambu: ABEP, 2006. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_515.pdf>Acesso em: 10 de abril de 2015.

BARRETO, M. L.; TEIXEIRA, M. G.; BASTOS, F. I.; XIMENES, R. A. A.; BARATA, R. B.; RODRIGUES, L. C. Sucessos e fracassos no controle de doenças infecciosas noBrasil: o contexto social e ambiental, políticas, intervençõese necessidades de pesquisa.**The Lancet**, Londres, 9 de maio de 2011.Disponível em: <http://download.thelancet.com/flatcontentassets/pdfs/brazil/brazilpor3.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2015.

BARROS, Ricardo Paes; CARVALHO ,Mirela; FRANCO, Samuel . **O índice de desenvolvimento da família (IDF)**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2003. Disponível em:<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0986.pdf> Acesso em: 09. Abril. 2015.

BARROS, Ricardo Paes; CARVALHO, Mirela; FRANCO Samuel. **Pobreza multidimensional No Brasil. Instituto de pesquisa econômica aplicada**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2006. Disponível em:<http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=4372> Acesso em: 08 abril. 2015.

BENTO, Afonso. **Desemprego, Pobreza e Exclusão Social**. 2010. 15 f. Trabalho acadêmico (Licenciatura em Sociologia). Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2010. Disponível em:<http://www4.fe.uc.pt/fontes/trabalhos/2009022.pdf>Acesso em: 10 de abril de 2015.

BRITO, Alessandra S.; KERSTENETZKY, Celia L. **Beneficiários do programa bolsa família e mercado de trabalho**: considerações metodológicas e substantivas. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2011. Disponível em: http://www.proac.uff.br/cede/sites/default/files/TD21_1.pdf. Acesso em 12 de abril de 2015.

CAMPOS, Maria Malta. Educação e políticas de combate à pobreza.**Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 183-191, set./dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782003000300013&script=sci_arttext> Acesso em: 12 de abril de 2015.

CARDOSO, Manuela. Segurança alimentar, ajuda pública ao desenvolvimento e pobreza. In: Congresso Ibérico de estudos Africanos, 7., Lisboa, 2010. **Anais**... Lisboa: Centro de Estudos Africanos, 2010. Disponível em: <http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/bitstream/10961/468/1/Seguran%c3%a7a%20Alimentar%2c%20Ajuda%20P%c3%bablica%20ao%20Desenvolvimento%20e%20Pobreza.pdf>. Acesso em: 16 de abril de 2015.

CRESPO, Pedro A.A; GUROVITZ, Elaine. A pobreza como um fenômeno multidimensional. **RAE-eletrônica**, v. 1, n. 2, jul./dez. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/raeel/v1n2/v1n2a03.pdf> Acesso em: 23 de março de 2015.

CODES, Ana Luiza Machado. **A Trajetória do Pensamento Científico Sobre Pobreza**: Em direção a uma visão complexa. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em:<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1332.pdf> Acesso em 10 de abril de 2015.

CORRÊA, Lucilena F.C. **A pobreza estrutural do nordeste metropolitano**: Uma Análise Multidimensional das suas características. 2013. 196f.Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

COUTO, Ana Cristina Lima. **O jovem e o mercado de trabalho**: algumas considerações. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 14., Caxambu 2004. Caxambu, 2004.

DEVES, Otávio Diel; FILIPPI, Eduardo Ernesto. A segurança alimentar e as experiências das políticasagroalimentares locais no fortalecimento daagricultura familiar. In: Congresso Internacional de laRedSial, 4., Mar Del Plata, 2008.**Anais**... Mar Del Plata, 2008. Disponível em:<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/587.pdf> Acesso em 20 de abril de 2015.

DUPAS, Gilberto. Pobreza, Desigualdade e Trabalho no Capitalismo Global.**Revista Nueva Sociedad**, 215, mai./jun. 2008. Disponível em: <http://www.nuso.org/upload/articulos/3522_2.pdf> Acesso em: 12 de abril de 2015.

ESPÍNOLA, Gepherson Macêdo; SANTOS, Magila Souza; ANDRADE , Magali Alves. A incidência da pobreza no brasil: uma análise empírica, 1992-2005. In: Conferência Nacional de Políticas Contra a Pobreza e a Desigualdade, 1., Natal, 2010. **Anais...** Natal: UFRN, 2010 Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/cnpp/pgs/anais/Arquivos%20GTS%20%20recebidos%20em%20PDF/A%20INCIDÊNCIA%20DA%20POBREZA%20NO%20BRASIL%20UMA%20ANÁLISE%20EMPÍRICA,%201992-2005l.pdf>Acesso em: 12 de abril de 2015.

FALCÃO, Tiago; COSTA, Patrícia Vieira da. **A linha de extrema pobreza e o público-alvo do plano Brasil Sem miséria**. Brasília: MDS, 2014. Disponível em: http://www.mds.gov.br/brasilsemmiseria/Livro/artigo_2.pdf.pagespeed.ce.V7m8XDdLlH.pdf Acesso em: 23 de Abril 2015.

FERNANDES, José Henrique Paim. **Acesso à educação e combate à desigualdade**: o papel da educação no âmbito do plano Brasil sem miséria. Brasília: MDS, 2014. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/documentos/LivroBSM/artigo_20.pdf.pagespeed.ce.bDxO6wKLCg.pdf>Acesso em: 15 de abril de 2015.

FLORÊNCIO, Toledo; MARTINS, Paula Andrea; MENEZES, Telma Maria; SAWAYA, Ana Lydia; SOLYMOS, Gisela Maria Bernardes. Os dois Brasis: quem são, onde estão e como vivem os pobres brasileiros.**RevistaEstudos Avançados**, São Paulo, v.17, n.48, p. 21-45, mai./ago. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000200003>Acesso em: 10 de maio de 2015.

GOUVEIA, Nelson. Saúde e meio ambiente nas cidades: os desafios da saúde ambiental.**Revista Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.8, n.1, p. 49-67, fev. 1999. Disponível em:<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v8n1/05.pdf>Acesso em: 18 de abril. 2015.

HOFFMANN, Rodolfo. Pobreza, insegurança alimentar e desnutrição no Brasil.**Revista Estudos** Avançados, São Paulo, v. 9, n. 24, p. 159-172, mai./ago. 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v9n24/v9n24a07.pdf>
Acesso em 16 de abril de 2015.

HOFFMANN, Rodolfo; KAGEYAMA, Ângela. Pobreza, insegurança alimentar e pluriatividade no brasil. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 46., Rio Branco, 2008.**Anais**... Rio Branco, 2008. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/6/1159.pdf> Acesso em: 15 de abril de 2015.

HOFFMANN, Rodolfo; KAGEYAMA, Ângela. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. **Revista Economia e Sociedade** . Campinas, v.15, n.1(26), p. 79-112, jan./ jun. 2006.

HOLANDA, M. C.; CORDEIRO, M. C. M.; ROSA, A. L. T. da; NOGUEIRA, C. A. G.; GOSSON, A. M. P. M; TEIXEIRA, V. D. S.**Inclusão social no Ceará***:* uma proposta metodológica. Fortaleza: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará, 2003. Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/textos_discussao/TD_4.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2015.

IBARRA, Antônio. **Pobreza, Distribuição de Renda e Mercado de Trabalho**: 1990-2006. 2008. Disponível em: <http://www.cepal.org/brasil/noticias/noticias/3/34013/mercadodetrabalhoIbarra.pdf>Acesso em: 16 de abril de 2015.

LAVINAS, Lena. Pobreza: métricas e evolução recente no Brasil e no Nordeste. In: Seminário Internacional Desenvolvimento Regional do Nordeste, Recife, 2009. **Anais...** Recife, Centro internacional Celso furtado de políticas para o desenvolvimento, 2009. Disponível em: <http://fonseas.org.br/novosite/wp-content/uploads/2012/07/Pobreza-metricas-e-evolucao-recente-no-Brasil-e-no-Nordeste-Lena-Lavinas.pdf> Acesso em: 25 mar. 2015.

LEITE, Izildo Corrêa. **Desconhecimento, piedade e distância: representações da miséria e dos miseráveis em segmentos sociais não atingidos pela pobreza**. 2002. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", São Paulo, 2002.

LOPES, Janete Leige; FERRO, Fernanda Cristina; PONTILLI, Rosangela Maria. Baixo nível de escolaridade x pobreza x emprego doméstico: no Brasil, a correlação entre estes dois fatores é direta? Uma análise Estatística. In: Encontro de Produção Científica e Tecnológica, 8., Campo Mourão, 2013.**Anais**... Campo Mourão, 2013. Disponível em: < http://www.fecilcam.br/nupem/anais_viii_epct/PDF/TRABALHOS-COMPLETO/Anais-CSA/ECONOMICAS/03-fferrotrabalhocompleto.pdf> Acesso em: 10 de abril de 2015.

LOUREIRO, A. O.F.; SULIANO, D. C; **As principais linhas de pobreza utilizadas no Brasil**. Fortaleza: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará, 2009. Nota técnica.Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/notas_tecnicas/NT_38.pdf> Acesso em 30 deabril 2015.

LUSTOSA, Tânia Quiles de Oliveira; FIGUEIREDO, José Bernardo Burle de.Pobreza no Brasil: métodos de análise e resultados. **Pesquisa e Planejamento Econômico**. Rio de Janeiro, vol. 20, n. 2, p. 353-380, ago. 1990.

MOCELIN, Cassia Engres. Diferentes abordagens de um mesmo fenômeno: subsistência, necessidades básicas, privação relativa, capacidades e multidimensional. In: Seminário Interinstitucional de Ensino, Pesquisa e Extensão, 15.,2010.**Anais**... Cruz Alta, 2010. Disponível em:<http://www.unicruz.edu.br/15_seminario/seminario_2010/CCSA/DIFERENTES%20ABORDAGENS%20DE%20UM%20MESMO%20FENÔMENO-%20SUBSISTÊNCIA%20NECESSIDADES%20BÁSICAS%20PRIVAÇÃO%20RELATIVA%20CAPACIDADES%20E%20MULTIDIM.pdf>Acesso em: 28março de 2015.

MONTEIRO, Carlos Augusto. A dimensão da pobreza, da desnutrição e da fome no Brasil.**Revista Estudos Avançados**. São Paulo, v. 17, n. 48,mai./ago. 2003. Disponível em:<http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n48/v17n48a02.pdf>
Acesso em 17 de abril de 2015.

MOTTA, Gabriela Oliveira. **Pobreza, desigualdade e heterogeneidade nas Favelas do rio de janeiro**. 2000. Monografia (Bacharelado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000. Disponível em:

http://www.iets.inf.br/biblioteca/Pobreza_desigualdade_e_heterogeneidade_nas_favelas_do_Rio_de_Janeiro.PDF>. Acesso em: 24. Mar. 2015.

OLIVEIRA, Tássia G; EVOLUÇÃO DA POBREZA EM PERNAMBUCO NO PERÍODO DE 1991 A 2000: Uma análise para os municípios a partir de indicadores unidimensional e multidimensional. In: Prêmio Pernambucano de Economia Dirceu Pessoa, 6., 2012. **Anais**... Recife, Conselho Regional de Economia de Pernambuco, 2012.

PARES,Ariel Cecílio Garces.**Radar Social**. 2005. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/programas_projeto/radar_social/2005_PRP_Radar_radarSocial.pdf>Acesso em: 10 de maio 2015.

ROCHA, Sonia. Do consumo observado à linha de pobreza.**Revista Pesquisa ePlanejamento Econômico**. V.27, .n. 2, ago. 1997. Disponível em: <http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/730/670> . Acesso em: 22 deabril de 2015.

ROCHA, Sonia. **Estimação de linhas de indigência e de pobreza: opções metodológicas no Brasil.**Third Meeting of the Expert Group on Poverty Statistics (Rio Group), Lisbon, 2224 November, 1999. Disponível em: <http://www.empreende.org.br/pdf/Programas%20e%20Pol%C3%ADticas%20Sociais/Linhas%20de%20indig%C3%AAncia%20e%20pobreza%20no%20Brasil.pdf> acesso em: 18 de abril de 2015.

ROCHA, Sônia. **Pobreza no Brasil. Afinal, de que se trata?**Rio de Janeiro: Editora FGV,2003.

RODRIGUES, Rute Imanishi.**Moradia precária e violência na Cidade de São Paulo**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada,2006. Disponível em:<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1187.pdf>Acesso em: 18 de abril de 2015.

SANTOS, L. M. N. **Pobreza como privação de liberdade**: um estudo de caso na favela do Vidigal no Rio de Janeiro. 191 p. Monografia (Conclusão de Pós-Graduação em Economia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007. Disponível em: http://www.bdtd.ndc.uff.br/tde_arquivos/40/TDE-2008-02-11T131509Z-1261/Publico/2007-larissa_martins.pdf. Acesso em: 26 de março de 2015.

SCHWARTZMAN, Simon. Educação e pobreza no Brasil. **Diálogo Político.** Buenos Aires, v. 4, p. 11-40, 2005. Disponível em: <http://www.kas.de/wf/doc/9746-1442-5-30.pdf>Acesso em: 18 de abril. 2015.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEN, Amartya. **A Idéia de Justiça**. Tradução de Denise Bottamann e Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SILVA, Maria O.S. Desigualdade, pobreza e programas de transferência de renda na América latina. Editorial. **Revista de Políticas Públicas**. São Luís,v.13, n.2, p. 157-159, jul./dez. 2009.

VALENTE, Flávio Luiz Schieck. Fome, desnutrição e cidadania: inclusão social e direitos humanos. **Saúde e Sociedade**. São Paulo, v.12, n.1, p.51-60, jan./jun. 2003. Disponível:<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v12n1/08.pdf>Acesso em: 18 de abril de 2015.

VAZ, Fábio M.; SOARES, Serguei S.D. Linhas de pobreza subjetivas para o Brasil. In: Encontro Nacional de Economia, 36., 2008. **Anais**...Salvador, Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia, 2008.Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2008/artigos/200807211622320-.pdf>Acesso em: 28 nov 2013.

WILLIAMS , Ava Renarda**. O caráter multifacetado da pobreza:a relação entre concepção e intervenção**. 138 p. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007. Disponível em: <http://web3.ufes.br/ppgps/sites/web3.ufes.br.ppgps/files/O%20carater%20multifacetado%20da%20pobreza_1.pdf>Acesso em: 20 de abril de 2015.